

BRDFAN. BSBNR. PRO. CSS. 98. 1, PV 97

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

SECRETARIA GERAL

ATO INSTITUCIONAL Nº 5

PROCESSO

DE

EUGÊNIO DOIN VIEIRA

26

EUGENIO DOIN VIEIRA

IDENTIDADE	FOTO
FILIAÇÃO-PAI BENTO AGUIDO VIEIRA	
MÃE CELINA CIARA VIEIRA	
IDADE 09 NOV 1926 ESTADO CIVIL casado	
PROFISSÃO Agente Fiscal POSTO OU GRAD.	
FUNÇÃO	
NACIONALIDADE bras. NATURAL DE FLORIANÓPOLIS/SC	
LÊ ESCREVE CERT. RESERVISTA	
TÍTULO ELEITOR LOCAL TRABALHO	
ESTUDANTE ESCOLA	
NÍVEL superior	
RESIDÊNCIA	
OUTROS DADOS - Professor Universitário - DEPUTADO FEDERAL - MDB/SC (69)	

NOME EUGÊNIO DOIN VIEIRA

HISTÓRICO

- Através o D.O. nº 12, de 17 Jan 69, teve cassado seu mandato eletivo e suspensos seus direitos políticos pelo prazo de 10 anos, com base no Ato Institucional nº 5, de 13 Dez 68.
- Em 20 Ago 70, pelo D.O. nº 156, da mesma data, foi aposentado no cargo de Agente Fiscal do Ministério da Fazenda, com vencimentos proporcionais ao tempo de efetivo serviço, com base no Ato Institucional nº 10, de 16 Mai 69.

CIC

CONFIDENCIAL

Nº: PRO.CSS.98.11 p3



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL
SECRETARIA GERAL

Ofício nº 011-GE/2069/70

Brasília, DF,

Em 9 de Setembro de 1970.

Do Cel Chefe do Gab SG/CSN

Ao Sr Chefe do Gab do Ministro da
Fazenda

Assunto: Restituição de processos
(faz)

Anexo : 2 (dois) processos

Restituo a êsse Ministério, por intermédio de V. Sa., os processos de nºs 112.886/69 e 406.508/70, referentes aos cidadãos abaixo relacionados, os quais foram aposentados do serviço público, com base no Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969, fruto de Representação do Exmº Sr Ministro da Fazenda ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

- EUGÊNIO DOIN VIEIRA;
- JOÃO HERCULINO DE SOUZA LOPES; e
- FRANCISCO DAS CHAGAS CALDAS RODRIGUES.

2. Deixa de ser restituído o Processo nº 4.360/70, referente a ÍNDIO BRUM VARGAS, em virtude de conter o Processo CISEx nº 00443, o qual foi anexado ao dossiê do epigrafado, existente nesta Secretaria-Geral.

Ao ensejo, apresento a V.Sa. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Lourival Massa da Costa
LOURIVAL MASSA DA COSTA - Coronel
Chefe do Gabinete da SG/CSN

CONFIDENCIAL

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA ,
tendo em vista o artigo 182 da Constituição,
resolve

APOSENTAR

Na forma do disposto no artigo 1º, letra b e
§ 2º, do Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969:

- EUGÊNIO DOIN VIEIRA, no cargo de Agente Fis-
cal de Tributos Federais, classe B, matrícula nº 1.929.931;

- JOÃO HERCULINO DE SOUZA LOPES, no cargo de
Exator Federal, nível 15-D, matrícula nº 1.587.491; e

- FRANCISCO DAS CHAGAS CALDAS RODRIGUES, no
cargo de Assistente Jurídico, matrícula nº 1.189.602, todos ser-
vidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, com os
proventos proporcionais ao tempo de efetivo serviço.

Brasília, DF, 19 de Agosto de 1970;
149º da Independência e 82º da República.

Américo J. ...
[Signature]

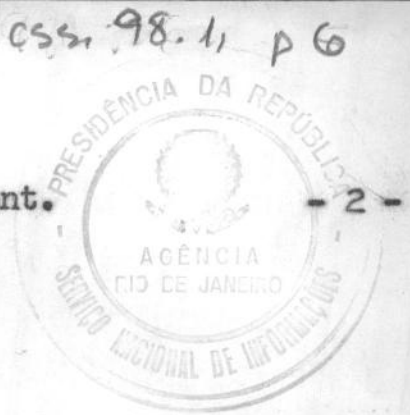


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES



FICHA INDIVIDUAL

1. Nº	045	2. DATA:	8/1/69
3. NOME:	EUGÊNIO DOIN VIEIRA		
4. FILIAÇÃO:	BENTO AGUI DO VIEIRA CELINA CLARA VIEIRA		
5. DATA DE NASCIMENTO:	9 Nov 26		
6. NACIONALIDADE:	Brasileira		
7. NATURALIDADE:	Florianópolis		
8. PROFISSÃO:	Deputado Federal - MDB/SC Aj. Fisc. Renda Interms		
9. ESTADO CIVIL:	Casado		
10. INSTRUÇÃO:			
11. RESIDÊNCIA:			

12 - EXTRATO DE PRONTUÁRIO

- Foi acusado, pelo Deputado FERNANDES VIEGAS, "por exercitar, quando Secretário da Fazenda/SC, a corrupção passiva, e a prevaricação. DOIN vendia ao Estado, recebia do Estado e pagava em nome do Estado, a si próprio".
- Foi eleito Deputado Federal, pelo MDB, em 1966.
- Foi acusado, por corrupção, por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, quando ocupava uma Pasta no Gov CELSO RAMOS (SC).
- Protestou contra a apreensão do livro "Tortura e Torturados", de MÁRCIO MOREIRA ALVES, determinada pela Min da Justiça.
- Protestou contra a prisão do jornalista FLÁVIO TAVARES, acusado de subversão.
- Fêz pronunciamentos contra a Revolução e o Governo Federal, pregando a volta à situação anterior.
- Defendeu, na Câmara, a revogação da Lei de Segurança Nacional, (principalmente do artº 48).
- Apoiou e articulou os movimentos da Frente Ampla.
- Defendeu tôdes os movimentos estudantis.
- Apoiou as passeatas realizadas na GB, de protesto contra o Governo e em prol da derrubada do regime.
- Conclamou seus pares a votarem pela anistia.
- Subscreeveu documento apoiando a ação de HELDER CÂMARA.
- Pronunciou-se a favor da "Mobilização Popular", movimento destinado a substituir a extinta Frente Ampla.
- Protestou contra a prisão de VLADIMIR PALMEIRA.
- Atacou "o regime militarista do Brasil".
- Criticou o confinamento de JÂNIO QUADROS.

13 - HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

- 1 966
- Nov - Quando Secretário da Fazenda, em SC, foi acusado pelo Dep FERNANDES VIEGAS, pela prática de corrupção passiva, concussão e prevaricação. "DOIN vendia ao Estado, recebia do Estado e pagava em nome do Estado, a si próprio".
 - Foi eleito Deputado Federal, pelo MDB.



Ficha individual de EUGÊNIO DOIN VIEIRA - Cont.

- 1 967
- Mar - Prestou depoimento, perante o Encarregado das Investigações Sumárias, sobre diversas irregularidades constatadas nas finanças do DER.
 - Foi acusado por corrupção, na Pasta que ocupou no Gov CELSO RAMOS (SC), por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que solicitou o seu impedimento ao Governador do Estado.
 - Jun - Protestou quanto a apreensão do livro "Tortura e Torturados", determinada pelo Min da Justiça.
 - Ago - Protestou contra a prisão do jornalista FLÁVIO TAVARES, acusado de subversão.
 - Articulou a Frente Ampla, no PARANÁ.
 - Nov - Fêz pronunciamento, na Rádio Tubarão (SC), pregando a volta à situação anterior à Revolução e atacando o Governo Federal.
- 1 968
- Jan - Reuniu-se com CARLOS LACERDA e vários parlamentares, na residência do Dep SIMÃO DA CUNHA, para discutir os futuros rumos da Frente Ampla.
 - Protestou contra a política do café entre BRASIL e EUA.
 - Fev - Disse, na Câmara, que "a partir da Revolução, o Governo derivou para a aplicação dos dispêndios militares, exacerbando os recursos para segurança e repressão, além de divorciar-se dos anseios populares".
 - Defendeu, na Câmara, a necessidade da revogação da Lei de Segurança Nacional, principalmente do artigo 48, que priva do exercício profissional qualquer brasileiro indiciado em IPM.
 - Mar - Reuniu-se, no dia seis, com outros parlamentares, na residência da Dep LIGIA DOUTEL DE ANDRADE, em BRASÍLIA, para tratar de assuntos referentes a FA e ao Bloco Parlamentar Trabalhista.
 - Abr - Bateu-se, pelo que reputou de violências policiais e torturas que teriam sido usadas contra os irmãos RONALDO e ROGÉRIO e responsabilizou o Ministro LIRA TAVARES, por omissão.

Ficha individual de EUGÊNIO DOIN VIEIRA - cont.

- 1 968
- Mai - Em defesa dos estudantes presos em BH, atacou o Min JARBAS PASSARINHO, que apoiou a atuação do Cel OTÁVIO MEDEIROS na condução dos IPM estudantes de MG.
 - Jul - Em nome do MDB e a propósito da passeata estudantil, disse que "A GB assistiu a um dos mais belos espetáculos cívicos da história do Brasil", acrescentando que "o povo saiu às ruas, corajosamente, para protestar contra as estruturas superadas que o Governo pretende manter a tódo custo... A passeata na GB foi a mais expressiva e mais válida réplica ao discurso pronunciado pelo Pres da Rep, na Convenção da ARENA".
 - Ago - Na Câmara, atacou o Gov, pelo confinamento de JÂNIO QUADROS.
 - Conclamou seus pares a votarem em favor da anistia a todos os implicados em ocorrências de ordem político-social verificados desde a morte do estudante EDSON DE LIMA SOUTO.
 - Juntou-se a vários deputados em defesa da chamada invasão da Universidade de Brasília, pela PM, tendo recebido ordem de prisão.
 - Subscreeveu documento expressando seu apoio a ação apostolar de HELDER CÂMARA.
 - Set - Pronunciou-se a favor da Mobilização Popular, movimento destinado a substituir a extinta Frente Ampla.
 - Criticou o Governo, ao protestar contra a prisão do líder agitador estudante VLADIMIR PALMEIRA.

DOCUMENTAÇÃO ORGANIZADA COM VISTA À APLICAÇÃO DO ARTIGO 4º

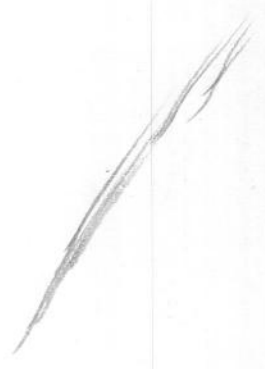
DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5

DEPUTADO FEDERAL

^u
ENGÊNIO DOIN VIEIRA

- A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
- B - FICHA INDIVIDUAL
- C - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
- D - ANEXOS
 - 1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
 - 2 - DECLARAÇÕES TRANSCRITAS NA IMPRENSA
 - 3 - INFORMES E INFORMAÇÕES

DOC
"A"



A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Rio de Janeiro, GB

Em 16 de Janeiro de 1 969

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 026/SG-1/69

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Ministro de Estado da Justiça, para suspensão dos direitos políticos e cassação do mandato e letivo federal do senhor EUGÊNIO DOIN VIEIRA, Deputado Federal pelo MDB, Seção de SANTA CATARINA, nos termos do artigo 2º, do Ato Complementar nº 39.

2. Esta Secretaria-Geral, após proceder a municioso es tudo do assunto, compulsando a documentação enviada pelo Ser viço Nacional de Informações e pelos Serviços de Informações dos Ministérios Militares, concluiu pela inteira procedência das medidas propostas, em face das atividades subversivas desenvolvidas pelo interessado, através de pronunciamentos, par ticipação em agitações, bem como de articulações e reuniões conspiratórias.

3. Como exemplo dessas atividades, destacam-se os fatos abaixo, constantes da documentação anexa:

3.1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diário do Congresso - 19 Jun 67

Com referência à apreensão do livro "Torturas e Torturado" do deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES:

"Sabemos nós, que, dentro do processo psicológico brasileiro, essa apreensão veio dar ressaltado, prestígio, destaque, publicidade e relêvo à obra, fazendo que ela se torne agora procurada e desejada por todos os homens esclarecidos do País".

Diário do Congresso - 27 Set 67

Manifesto de apoio à FRENTE AMPLA:

"Para êsse empreendimento não viamos, como não vemos, condições neste Governo, indeciso e indefinido que aí está - tolo gigante que se perde a espantar moscas imaginárias enquanto a tarefa da construção nacional jaz abandonada e esquecida...
....."

"Mas a posição tomada pelo Governo e a atitude cívica dos têrmos do Manifesto de Montevideú nos obriga e nos leva a afirmar nesta hora que, embora transitòriamente, o que é bom para a FRENTE AMPLA é bom para o MDB e é bom para o Brasil".

Diário do Congresso - 20 Jan 68

".....uma das parcelas mais dolorosas da herança que nos deixou o Governo CASTELLO BRANCO foi o Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967: a Lei de Segurança Nacional".

Diário do Congresso - 14 Fev 68

".....esta Casa necessita convencer-se, em definitivo, da necessidade da revogação da Lei de Segurança Nacional e partir para providências práticas afim de alcançar êsse objetivo. Ela constitui uma verdadeira excrecência totalitária dentro do nosso corpo jurídico, documento eminentemente ditatorial, que depõe contra o processo evolutivo da nossa legislação, contra nossos foros de justiça, de equilíbrio, de liberdade e de dignidade humana".

Diário do Congresso - 20 Fev 68

".....a denúncia permanente do processo de militarização que o Brasil atravessa é uma das tarefas mais importantes da Oposição brasileira".

Diário do Congresso - 21 Mar 68

".....uma das características dos governos ditatoriais é o louvor publicitário sistemático às liberdades democráticas, enquanto na realidade se pratica tôda sorte de violências contra as manifestações de opinião e contra os direitos humanos.

O Governo do Marechal COSTA E SILVA está caminhando perigosamente neste sentido."

Diário do Congresso - 9 Abr 68

A propósito de portaria do Ministro da Justiça, proibindo as atividades da FRENTE AMPLA:

"Queremos, Sr Presidente, deixar um registro final ao ilustre Ministro da Justiça: a expressão "FRENTE AMPLA" é agora proibida no País, a bem da sobrevivência do esquema governamental, mas há outras expressões, igualmente explosivas no seu conteúdo e que precisam ser enquadradas no index governamental. Citaríamos e sugeriríamos algumas, entre elas: liberdade de manifestação, eleições diretas, manifestações estudantis, arrôcho salarial, anistia ampla, liberdade de associação, violências policiais, liberdade de informação, direito de opinião - democracia, Sr Presidente".

Diário do Congresso - 30 Abr 68

Criticando o projeto das sub-legendas:

"A Revolução, que surgiu pretendendo-se inspirada no povo e na manifestação da família, evoluiu rapidamente para um movimento militarista, e hoje, mercê da habilidade e do raposismo dos velhos políticos se transformou em movimento de gerontocracia de conservação das velhas classes e de manutenção das oligarquias políticas".

Diário do Congresso - 28 Jun 68

Referindo-se à passeata estudantil realizada na Guanabara:

".....a esplêndida manifestação pacífica realizada ontem na Guanabara terá sido, talvez, a mais expressiva e mais válida réplica ao discurso pronunciado neste mesmo recinto, pelo Sr Presidente da República, na Convenção da ARENA".

Diário do Congresso - 4 Jul 68

Comentando a audiência concedida pelo Presidente da República à uma comissão representativa dos participantes da passeata estudantil na Guanabara:

"Infelizmente, o Poder Executivo não teve visão, percepção e alcance bastantes para utilizar de forma adequada a oportunidade que o próprio Brasil lhe dava.

Nascido de forma menos legítima e não democrática, o Presidente da República lançou fora oportunidade excelente para legitimar o seu Governo..."

Diário do Congresso - 18 Jul 68

".....após longa expectativa, o Conselho de Segurança Nacional emitiu ontem - e os jornais divulgaram hoje - uma nota a respeito da situação do País.

O que nos preocupa sobremaneira, nessa manifestação do órgão máximo da Segurança Nacional, é a po

breza de horizontes, a falta de alcance de visão, a ausência de perspectiva histórica desse conjunto de homens líderes na administração do País, que compõem o CSN".

Diário do Congresso - 31 Ago 68

Comentando os acontecimentos ocorridos na Universidade de Brasília:

"Diante do País, ergue-se a sombra do Ministro da Justiça, o Sr LUIZ ANTONIO DA GAMA E SILVA, como o grande responsável, o criminoso maior neste atentado que envergonha o Brasil e escandaliza o mundo civilizado. Sua vocação ditatorial nem sequer disfarçada; seu desejo de aplicar a esta Pátria sofredora novos atos institucionais que substituam pela violência opressora a capacidade e a competência que lhe faltam para dirigir nossos destinios; sua incapacidade de se sensibilizar aos anseios de liberdade e desenvolvimento de todo o nosso povo -constituam já razões sobejas para que o Sr GAMA E SILVA não pemanecesse no posto".

Diário do Congresso - 7 Set 68

Criticando verbas para órgãos de informações e segurança do Governo:

"Os orçamentos da União, a cada ano que passa, se ampliam generosamente nas dotações e nas verbas

que se destinam aos serviços de espionagem, de informação e de segurança".

".....desse esquema de fôrça e de pressão, de espionagem e de informação, de delação e de escuta que perturba a atividade normal do nosso País".

Diário do Congresso - 14 Set 68

Comentando informações sôbre o depoimento de militares na CPI dos estudantes:

"Sentimos, então, Sr Presidente, em tôda a profundidade, o mal, o prejuizo, o impacto que a inspiração dos últimos tempos, desde o Govêrno milita-rista instalado no País, em 1964, está cansando ao País; a deformação de inspirações, pensamentos e personalidades e o afastamento daqueles diálo - gos que se deveriam estabelecer entre homens de bem: o desvirtuamento da palavra, da afirmação e próprio pensamento".

"Isto nos leva a sentir mais profundamente o mal que causa ao Brasil o Govêrno que nêle se insta-lou, a pressão de alguns grupamentos das Fôrças Armadas, extremados e violentos, que querem a qualquer custo lançar a sua marca sôbre nossa Pá-tria e impedir mesmo seu processo de desenvolvi - mento, se fôr necessário para que êles se mante-nham no comando, no leme, no poder".

Diário do Congresso - 24 Out 68

".....desejo manifestar aqui minha solidariedade a este meu colega de bancada (Referia-se ao deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES). Não cogito -nem mesmo me preocupo com isso - do que disse ontem e do que está sendo acusado. Cogito, sim - e isso realmente me preocupa - da necessidade de respeitarmos a inviolabilidade de nossos mandatos, o direito de livre manifestação do pensamento nesta casa e não admitirmos qualquer tipo de coação velada ou ostensiva, que nos limite o direito de atuar parlamentarmente e representar as Oposições dêste País".

Diário do Congresso - 29 Nov 68

".....o desdobramento do episódio MÁRCIO ALVES está pondo à mostra, de repente, as dimensões liliputianas dos homens que estão a dirigir os rumos políticos do País".

"Cremos que nunca, em época alguma da História do Brasil, um grupo do Governo tripudiou tanto sobre o povo e sobre as liberdades humanas".

3.2 - DO PRONTUÁRIO DO SNI

3.2.1 - Em 1966, quando Secretário da Fazenda, em Santa Catarina, foi acusado pelo Deputado FERNANDES VIEGAS, pela prática de corrupção passiva, concussão e prevaricação.

"DOIN vendia ao Estado, recebia do Estado e pagava em nome do Estado, a si próprio"

3.2.2 - Em 1967:

- Prestou depoimento, perante o encarregado das Investigações Sumárias, sôbre diversas irregularidades constatadas nas finanças do D.E.R.
- Foi acusado por corrupção, na Pasta que ocupou no Governo **CELSON RAMOS** (SC), por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que solicitou o seu impedimento ao Governador do Estado.
- Protestou quanto à apreensão do livro "Torturas e Torturados", de autoria do Deputado **MARCIO MOREIRA ALVES**.
- Protestou contra a prisão do jornalista **FLAVIO TAVARES**, acusado de subversão.
- Articulou a **FRENTE AMPLA**.
- Fêz pronunciamento, na Radio Tubarão (SC) pregando a volta à situação anterior à Revolução e atacando o Governo Federal.

3.2.3 - Em 1968:

- Reuniu-se com **CARLOS LACERDA** e vários par

lamentares, na residência do Deputado SIMÃO DA CUNHA, para discutir os futuros rumos da FRENTE AMPLA.

- Reuniu-se com outros parlamentares, na residência da Deputado LIGIA DOUDEL DE ANDRADE, para tratar de assuntos referentes à FRENTE AMPLA e ao BLOCO PARLAMENTAR TRABALHISTA.
- Bateu-se, pelo que reputou de violências policiais e torturas que teriam sido usadas contra os irmãos RONALDO E ROGÉRIO DUARTE, e responsabilizou o Ministro LYRA TAVARES, por omissão.
- Em defesa dos estudantes presos em Belo Horizonte, atacou o Ministro JARBAS PASSARINHO por haver êste apoiado a atuação do Coronel OTAVIO MEDEIROS na condução dos IPM estudantis em Minas Gerais.
- Atacou o Governo pelo confinamento do Senhor JÂNIO QUADROS.
- Conclamou seus pares a votarem em favor da anistia a todos os implicados em ocorrências de ordem político-social verificadas desde a morte de EDSON DE LIMA SOUTO.

- Juntou-se a vários deputados em defesa da chamada invasão da Universidade de Brasília, tendo recebido ordem de prisão.
- Subscreveu documento expressando seu apoio a ação apostolar de D. HELDER CÂMARA.
- Pronunciou-se a favor da COMISSÃO NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO POPULAR, movimento destinado a substituir a extinta FRENTE AMPLA.
- Criticou o Governo, ao protestar contra a prisão do líder agitador WLADIMIR PALMEIRA.

3.3 - INFORME Nº 858 - CIE/ADF DE 24 NOV 67

- Pronunciou conferência na União Catarinense de Estudantes onde a propósito de verbas para a educação afirmou que o Governo dispense 75% com as Forças Armadas, reservando pequena quantia ao setor educacional.
- Pediu a movimentação dos estudantes para que o Governo libere mais verbas para o setor educacional.

3.4 - INFORMAÇÃO Nº 831 - CIE/ADF DE 16 OUT 68

- Aponta o Deputado DOIN VIEIRA como um dos parlamen

tares altamente envolvidos com a FRENTE AMPLA e o inclui no bloco qualificado de Emedebistas extremados, que contribuem para o trabalho oposicionista de desgaste do Governo, inclusive prejudicando os trabalhos legislativos e induzindo à repercussão emocional na opinião pública.

3.5 - INFORMAÇÃO Nº 0047/CENIMAR DE 08 JAN 69

3.5.1 - Em 1967:

- Apoiou GASTONE RIGHI CUOGHI, na solidariedade aos "injustiçados paulistas e jornalistas de Brasília" pedindo a união da Câmara no repúdio a tais atentados.
- Fêz parte da comitiva de MARIO COVAS, quando de uma visita à Câmara de ITAJAÍ (SC) onde a tônica dos discursos foi contra o Governo e as Forças Armadas.

3.5.2 - EM 1968:

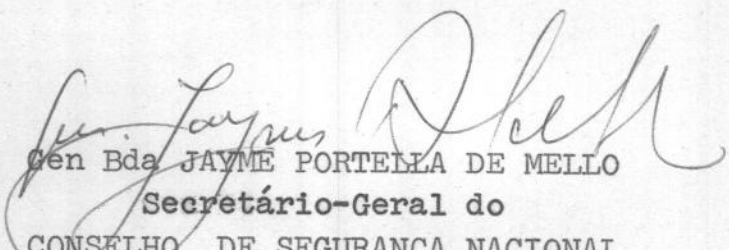
- Fêz parte da Mesa Diretora, em uma conferência subversiva pronunciada por MÁRCIO MOREIRA ALVES, em Florianópolis.
- Lançou em Florianópolis a Campanha de Mobilização Popular (Sucedâneo da FRENTE AMPLA).

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 026 /SG-1/69 - 13 -
.....

- Declarou que as dimensões do Brasil "não nos permitem caber mais na moldura de uma ditadura de opereta ou de um Estado Militarista mal disfarçado".

4. Nestas condições, peço vênia sugerir, ouvido o CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, na conformidade do artigo 5º, do Ato Complementar nº 39, sejam suspensos os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassado o mandato eletivo federal do senhor EUGÊNIO DOIN VIEIRA, consoante dispõe o artigo 4º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos do mais profundo respeito.


Gen Bda JAYME PORTELLA DE MELLO
Secretário-Geral do
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL



DOC
"B"

B - F I C H A I N D I V I D U A L

B - F I C H A I N D I V I D U A L

NOME - EUGÊNIO DOIN VIEIRA

FILIAÇÃO - BENTO AGUIDO VIEIRA
CELINA CLARA VIEIRA

DATA DE NASCIMENTO - 09 NOVEMBRO 1926

NATURALIDADE - FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA

PROFISSÃO - AGENTE FISCAL -
PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

ESTADO CIVIL - CASADO



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

FICHA INDIVIDUAL



1. Nº 045	2. DATA: 8/1/69
3. NOME: EUGÊNIO DOIN VIEIRA	
4. FILIAÇÃO:	
5. DATA DE NASCIMENTO:	
6. NACIONALIDADE: Brasileira	
7. NATURALIDADE:	
8. PROFISSÃO: Deputado Federal - MDB/SC	
9. ESTADO CIVIL:	
10. INSTRUÇÃO:	
11. RESIDÊNCIA:	



DOC
"C"

C - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO
NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Ficha individual de EUGÊNIO DOIN VIEIRA - Cont.12 - EXTRATO DE PRONTUÁRIO

- Foi acusado, pelo Deputado FERNANDES VIEGAS, "por exercitar, quando Secretário da Fazenda/SC, a corrupção passiva, e a prevaricação. DOIN vendia ao Estado, recebia do Estado e pagava em nome do Estado, a si próprio".
- Foi eleito Deputado Federal, pelo MDB, em 1966.
- Foi acusado, por corrupção, por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, quando ocupava uma Pasta no Gov CELSO RAMOS (SC).
- Protestou contra a apreensão do livro "Tortura e Torturados", de MÁRCIO MOREIRA ALVES, determinada pela Min da Justiça.
- Protestou contra a prisão do jornalista FLÁVIO TAVARES, acusado de subversão.
- Fêz pronunciamentos contra a Revolução e o Governo Federal, pregando a volta à situação anterior.
- Defendeu, na Câmara, a revogação da Lei de Segurança Nacional, (principalmente do artº 48).
- Apoiou e articulou os movimentos da Frente Ampla.
- Defendeu tôdes os movimentos estudantis.
- Apoiou as passeatas realizadas na GB, de protesto contra o Governo e em prol da derrubada do regime.
- Conclamou seus pares a votarem pela anistia.
- Subscreveu documento apoiando a ação de HELDER CÂMARA.
- Pronunciou-se a favor da "Mobilização Popular", movimento destinado a substituir a extinta Frente Ampla.
- Protestou contra a prisão de VLADIMIR PALMEIRA.
- Atacou "o regime militarista do Brasil".
- Criticou o confinamento de JÂNIO QUADROS.

13 - HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

- 1 966 - Nov - Quando Secretário da Fazenda, em SC, foi acusado pelo Dep FERNANDES VIEGAS, pela prática de corrupção passiva, concussão e prevaricação. "DOIN vendia ao Estado, recebia do Estado e pagava em nome do Estado, a si próprio".
- Foi eleito Deputado Federal, pelo MDB.



Ficha individual de EUGÊNIO DOIN VIEIRA - Cont.

- 1 967
- Mar - Prestou depoimento, perante o Encarregado das Investigações Sumárias, sôbre diversas irregularidades constatadas nas finanças do DER.
 - Foi acusado por corrupção, na Pasta que ocupou no Gov CELSO RAMOS (SC), por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que solicitou o seu impedimento ao Governador do Estado.
 - Jun - Protestou quanto a apreensão do livro "Tortura e Torturados", determinada pelo Min da Justiça.
 - Ago - Protestou contra a prisão do jornalista FLÁVIO TAVARES, acusado de subversão.
 - Articulou a Frente Ampla, no PARANÁ.
 - Nov - Fêz pronunciamento, na Rádio Tubarão (SC) pregando a volta à situação anterior à Revolução e atacando o Governo Federal.
- 1 968
- Jan - Reuniu-se com CARLOS LACERDA e vários parlamentares, na residência do Dep SIMÃO DA GUNHA, para discutir os futuros rumos da Frente Ampla.
 - Protestou contra a política do café entre BRASIL e EUA.
 - Fev - Disse, na Câmara, que "a partir da Revolução, o Governo derivou para a aplicação dos dispêndios militares, exacerbando os recursos para segurança e repressão, além de divorciar-se dos anseios populares".
 - Defendeu, na Câmara, a necessidade da revogação da Lei de Segurança Nacional, principalmente do artigo 48, que priva do exercício profissional qualquer brasileiro indiciado em IPM.
 - Mar - Reuniu-se, no dia seis, com outros parlamentares, na residência da Dep LIGIA DOUTEL DE ANDRADE, em BRASÍLIA, para tratar de assuntos referentes a FA e ao Bloco Parlamentar Trabalhista.
 - Abr - Bateu-se, pelo que reputou de violências policiais e torturas que teriam sido usadas contra os irmãos RONALDO e ROGÉRIO e responsabilizou o Ministro LIRA TAVARES, por omissão.

Ficha individual de EUGÊNIO DOIN VIEIRA - Cont.

- 1 968
- Mai - Em defesa dos estudantes presos em BH, atacou o Min JARBAS PASSARINHO, que apoiou a atuação do Cel OTÁVIO MEDEIROS na condução dos IPM estudantes de MG.
 - Jul - Em nome do MDB e a propósito da passeata estudantil, disse que "A GB assistiu a um dos mais belos espetáculos cívicos da história do Brasil", acrescentando que "o povo saiu às ruas, corajosamente, para protestar contra as estruturas superadas que o Governo pretende manter a tódo custo... A passeata na GB foi a mais expressiva e mais válida réplica ao discurso pronunciado pelo Pres da Rep, na Convenção da ARENA".
 - Ago - Na Câmara, atacou o Gov, pelo confinamento de JÂNIO QUADROS.
 - Conclamou seus pares a votarem em favor da anistia a todos os implicados em ocorrências de ordem político-social verificadas desde a morte do estudante EDSON DE LIMA SOUTO.
 - Juntou-se a vários deputados em defesa da chamada invasão da Universidade de Brasília, pela PM, tendo recebido ordem de prisão.
 - Subscreveu documento expressando seu apoio a ação apostolar de HELDER CÂMARA.
 - Set - Pronunciou-se a favor da Mobilização Popular, movimento destinado a substituir a extinta Frente Ampla.
 - Criticou o Governo, ao protestar contra a prisão do líder agitador estudante VLADIMIR PALMEIRA.

18. PRO. CSS. 98-1p34



DOC
"D"

D

- A N E X O S:

- 1 - DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS NA CÂMARA
- 2 - DECLARAÇÕES TRANSCRITAS NA IMPRENSA
- 3 - INFORMES E INFORMAÇÕES

N8-PRO-CSS-98-1, P 36



ANEXO
1

1 - DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 1.1 - Diário do Congresso Nacional - 01 Jun 67
- 1.2 - Diário do Congrenno Nacional - 27 Set 67
- 1.3 - Diário do Congresso Nacional - 20 Jan 68
- 1.4 - Diário do Congresso Nacional - 14 Fev 68
- 1.5 - Diário do Congresso Nacional - 20 Fev 68
- 1.6 - Diário do Congresso Nacional - 21 Mar 68
- 1.7 - Diário do Congresso Nacional - 09 Abr 68
- 1.8 - Diário do Congresso Nacional - 30 Abr 68
- 1.9 - Diário do Congresso Nacional - 28 Jun 68
- 1.10 - Diário do Congresso Nacional - 04 Jul 68
- 1.11 - Diário do Congresso Nacional - 18 Jul 68
- 1.12 - Diário do Congresso Nacional - 31 Ago 68
- 1.13 - Diário do Congresso Nacional - 07 Set 68
- 1.14 - Diário do Congresso Nacional - 14 Set 68
- 1.15 - Diário do Congresso Nacional - 24 Out 68
- 1.16 - Diário do Congresso Nacional - 29 Nov 68
- 1.17 - RESUMO DE PRONUNCIAMENTOS - S.N.I.

O SR. DOIN VIEIRA:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, recebemos ontem, ao final da tarde, por via telefônica, comunicação da Guanabara de que haviam sido apreendidos os volumes em estoque do livro "Torturas e Torturados", do nosso colega Márcio Moreira Alves, que está sendo lançado em diversas Capitais do País. Dois mil e setecentos exemplares, junto à Gráfica BII, foram recolhidos pela polícia, segundo se informa e alega, atendendo à determinação de portaria do Sr. Ministro da Justiça.

Nesta Casa, em sessão do Congresso de ontem à noite, o fato foi levado ao conhecimento do Plenário, através da voz autorizada do Líder do MDB. Nesta oportunidade, queremos juntar àquela manifestação o nosso protesto, não tanto, Sr. Presidente, no que se refere à apreensão do livro em si. Sabemos nós, que, dentro do processo psicológico brasileiro, essa apreensão veio dar ressaltado, prestígio, destaque, publicidade e relevo à obra, fazendo que ela se torne agora procurada e desejada por todos os homens esclarecidos do País que querem conhecer o teor do documento.

Referimo-nos mais a esta agressão à liberdade de pensamento, que não é apenas uma prerrogativa expressa na Constituição; muito antes de sê-lo foi uma conquista do nosso amadurecimento democrático, da nossa formação cívica, da nossa lenta sedimentação cultural. Por tal forma e dentro desse entendimento, parecemos não estar na divulgação de uma obra, qualquer que ela seja, a agressão contra a instituição e o regime democrático; a agressão está, sim, em, pela violência, apreendê-la, tirá-la de circulação, impedir seja livremente apreciada, discutida, no elevado mercado das idéias, e, assim, auxílie na formação do pensamento e da opinião brasileira. Daí a nossa manifestação, o nosso protesto.

O resíduo ditatorial que se legou ao atual Governo ainda se projeta intensamente em suas decisões impedindo que a ação policial se processe no seu autêntico, legítimo e verdadeiro sentido, levando-a a essa prática de violências que vêm num encadeamento desde as intervenções no ambiente estudantil, às agressões às manifestações públicas e, agora, ao recolhimento por via policial de uma obra que estava entrando em circulação. Esse tipo de agressão à nossa liberdade de pensamento não ajuda, antes profundamente prejudica a evolução de nossa democracia, ou melhor, a retomada da evolução desta democracia interrompida. O

livro, que espelha e retrata, em documentário, algumas horas difíceis e negras de nossa história política, está agora prestigiado e favorecido pela medida. Mas ela, de qualquer forma, agrediu, feriu, ofendeu os anseios que temos de recolocar o País na marcha para a sua democratização. (Muito bem.)

DEPUTADO Doin VIEIRA
DCD 1/6/67 - Pg 2799

Apreensão de
livro de Márcio
Moreira Alves

DEPUTADO. DOIN VIEIRA
DCD 27/9/67 - Pg 5904

ensalo da Frente Ampla, invocando velhas e queridas lideranças nacionais, para tentar acelerar a mudança do status político-social brasileiro. Dá ela um peso expressivo com a publicação do manifesto hoje divulgado. Não afetam nossas posições pessoais as assinaturas que o documento apresenta. Mas é inegável a grandeza e a elevação dos termos em que o tema foi agora pôsto. Não mais a queima de etapas para a aceleração de uma escalada insurrecional de conseqüências finais duvidosas; não mais o propósito apenas de substituição das atuais e omíscas lideranças nacionais por outras e frustradas vocações plenipotenciárias; não mais os meios, porém os fins; não mais os homens, porém o País e seu povo entre esperançoso e desesperançado.

Não temos condições humanas de medir a sinceridade e a legitimidade dos propósitos expressos do documento de Montevideu. Mas ele manifestou a ansiedade e as aspirações dos brasileiros em maioria esmagadora. E eles creçam, Sr. Presidente, à ordem de 3 milhões de novas almas por ano. Temos tentado, e Deus sabe com que empenho, nós, os representantes da Oposição nesta Casa, fazer do MDB o porta-voz desta ansiedade e o arauto destas aspirações alargando-lhe o campo ridículo de mera oposição consentida e legitimadora da pseudo-democracia brasileira. Temos preocupado com a escalada de reação que a Frente Ampla provoca e provocará entre os partidários da Instituição de um regime de força neste País. Observe V. Ex.ª, Sr. Presidente, que o mesmo "Jornal do Brasil", que publica bem elaborado e veemente editorial contrário à Frente Ampla, ao lado dele divulga informes atuais quanto ao estabelecimento do Estatuto dos Casados. Mas a posição tomada pelo Governo e a atitude cívica dos termos do Manifesto de Montevideu nos obriga e nos leva a afirmar nesta hora que, embora transitoriamente, o que é bom para a Frente Ampla é bom para o MDB e é bom para o Brasil. (Muito bem Palmas).

SR. DOIN VIEIRA:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, publicam os jornais de hoje um dos mais belos documentos políticos dos últimos meses, nesta República. Ele é assinado por um ex-Presidente da República eleito pelo povo e apêdo do poder por força do movimento revolucionário de primeiro de abril e também por um dos líderes civis dessa mesma revolução, que participou, de armas na mão, do processo de derrubada desse Presidente e de sua cassação de direitos políticos.

Somos daqueles, Sr. Presidente, que, no exercício da Oposição, no Brasil, se manifestaram desde a primeira hora descrentes em primeiro lugar da sinceridade da validade e da eficácia da participação do ex-Governador da Guanabara na aceleração do processo de redemocratização nacional, e, em segundo lugar, da oportunidade e da conveniência das soluções insurrecionais no equacionamento do grande drama do Brasil de agora.

Vinculamos sempre, e vinculamos intimamente, todo trabalho de libertação e redenção nacional à tarefa do desenvolvimento, que dará a todos e a cada um dos brasileiros aquela dignidade e aquela plenitude humana que não hão de libertar das subjugações externas e das carismáticas lideranças internas.

Para esse empreendimento não viamos, como não vemos, condições neste Governo, indeciso e indefinido que aí está — tolo gigante que se perde a espantar mósas imaginárias enquanto a tarefa da construção nacional jaz abandonada e esquecida, para sofrimento e desespero de 85 milhões de tripulantes deste eterno País do futuro.

Esta pasmacelra pós-revolucionária permitiu que surgissem os balões de

Sr. Presidente, não sabemos por quanto tempo esta afirmativa será válida; não sabemos por quanto tempo estaremos juntos, mas lá fomos colocados por um Governo omisso e inépto e pela necessidade de quebrar, destruir e derubar esta situação de revolução esta situação de pseudo-democracia que nos inquieta que nos prende, que nos escraviza e nos impede a partida para os grandes destinos a que estamos fadados. (Muito bem, Muito bem, Palmas).

Apoio à Frente Ampla

DEPUTADO DOIN VIEIRA
 BCB 20.1.68 - pg 148

o comunicamos — já sendo utilizada discricionariamente essa Lei de Segurança Nacional, que tem dispositivos absurdos, como o seu artigo 43, que possibilita ao Poder Público, ao poder militar — insistimos — o direito de sustar o exercício profissional do cidadão, pelo simples fato de haver sido acolhida denúncia em inquérito policial-militar. Não se trata de julgamento; não se trata de decisão em que se comprove a culpa e a responsabilidade. A simples comunicação da denúncia e o seu acolhimento pretendem assegurar o direito à suspensão do exercício profissional, e essa suspensão resulta da impossibilidade de assegurar o acusado a manutenção de sua família, a alimentação dos seus, a sobrevivência de seu núcleo familiar.

Senhor Presidente, esse dispositivo está sendo posto em execução no Sul do País, nos já famosos inquéritos policiais-militares do Coronel Ferdinando de Carvalho. O Auditor-Substituto de nome Darcy Marselli, por influência e orientação desse mesmo militar, suspende o direito de exercício profissional de trabalhadores, de bancários, de funcionários públicos, de profissionais liberais, por essa forma estendendo a pena à própria família do indiciado. Já são os familiares os atingidos agora, pelo processo que se instaura, numa flagrante desconsideração e num profundo desrespeito aos direitos mais elementares que assegura a própria Constituição Federal, no seu artigo 150, quando estabelece que a pena se limitará a atingir e pessoa do culpado e, bem assim, quando assegura o livre exercício profissional.

Que poderíamos nós fazer, Senhor Presidente, numa emergência como esta, em que o poder da força cada vez mais limita a força do direito? Telegrafamos ao Sr. Ministro da Justiça, porque o direito de telegrafar ainda não nos foi retirado; antes, pelo contrário, até nos foi assegurado, e temos à nossa disposição, generosamente, nesta Casa, um telex, para que possamos levar às autoridades ora constituídas o nosso apêlo e nosso protesto.

Desta tribuna livre, que ainda é livre, fazemos também nosso protesto e nosso apêlo, para que não se apliquem dispositivos que tais, que depõem contra nossos foros de País civilizado, contra os nossos anseios de redemocratização, contra a natural tendência do espírito do brasileiro, o que buscam levar aos lares, às famílias, aos núcleos domésticos, naquele núcleo, aquela adversidade que se impõe contra cidadãos que não têm sequer o direito de defenderem o livre exercício de suas funções profissionais. (Muito bem.)

O SR. DOIN VIEIRA:

(Comunicação, Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, uma das parcelas mais dolorosas da herança que nos deixou o Governo Castello Branco foi o Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967: a Lei de Segurança Nacional.

Dentro de um esquema que colocava a preocupação com a segurança acima dos anseios de paz e desenvolvimento, o Governo anterior instrumentou-se com disposições legais que representavam permanente ameaça a pesar sobre a cabeça de todos os brasileiros. Visava, de assim, Sr. Presidente, assegurar-se aqueles recursos de tranquilidade da força que lhe permitiriam, quanto supunha, alcançar o desenvolvimento econômico do País, ainda que à custa dos direitos individuais, da tranquilidade social e da liberdade humana.

Com o advento do Governo Costa e Silva — e aquela figura de ruminação que ele ofereceu, nos seus primeiros tempos, diante da opinião pública, junto à qual lhe abriu, inclusive, um crédito de confiança a Lei de Segurança não foi utilizada e foi posta de lado com reserva, mas com razoável náusea e repugnância, pelo que representava ela como ofensa aos mais elementares, aos mais comombinhos princípios da dignidade, da liberdade e dos direitos humanos.

A medida, entretanto, Sr. Presidente que esse crédito de confiança no governo novo se foi esvaaziando, como resultado do seu próprio fracasso, do mau êxito da política econômico-financeira-ocial que se traçou, viu-se a substituição dos esquemas de inteligência pelas estruturas de força, e aquilo que não se conseguiu realizar, merec da capacidade atuante, buscou-se conseguir merec da coação. E o poder militar passou a substituir sistematicamente o próprio governo militar nas suas deficiências administrativas, corrigindo-as agora pelos esquemas de intromissão de força que se implantavam. Em consequência dessa sucessão e desse escaionamento de medidas de violência temos agora — e com profundo pesar

DCN I de
14.2.68
Pg 867
Feide Revogação
da LEM

O SR. DOLN VIEIRA:

(Comunicação, Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, esta Casa necessita convencer-se, em definitivo, da necessidade da revogação da Lei de Segurança Nacional e partir para providências práticas a fim de alcançar esse objetivo. Ela constitui uma verdadeira exercecência totalitária dentro do nosso corpo jurídico, documento eminentemente autoritário, que depõe contra o processo evolutivo da nossa legislação, contra nossos foros de justiça, de equilíbrio de liberdade e de dignidade humana.

O seu lanigerado art. 42, cuja aplicação no Brasil tiveram ope jurídica de denunciar, pela primeira vez, a esta tribuna, chega ao requinte de privar de recursos de manutenção, proibindo o exercício profissional, a qualquer pessoa que esteja incluída em LEM, ainda que apenas como indicada. O recebimento da acusação permite ao promotor público decretar a suspensão do direito de atividade profissional, relegando, assim, a família do acusado à impossibilidade da sua própria sobrevivência.

Esse art. 42 tem dado motivo a uma série de recursos agora endereçados ao Supremo Tribunal Federal. O próprio Ministro Maurício Filho, do Superior Tribunal Militar, já se manifestou peremptório pela inconstitucionalidade desse dispositivo, porque ele fere o art. 150 da Constituição, que atribui a todos os cidadãos o direito de profissão livre, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, o direito de manutenção e sobrevivência. Ele fere a própria Declaração dos Direitos do Homem e todos os nossos princípios de dignidade e de respeito à liberdade humana.

Vemos agora a disposição do próprio Governo, através de seu Ministro da Justiça, em reconhecer a inconstitucionalidade desse dispositivo e, neste sentido, encaminhar petição também ao nosso mais alto organismo judiciário.

É o primeiro bastião que cai, a primeira cidadela que ruí nesse organismo militarista que defende, presumidamente, a segurança nacional. O que ocorre é que o processo militar raciocina em termos de força, de poder armado, de violência, de coação de fato, e não percebe, não compreende, não vê, não entende que a segurança nacional é um pouco mais e um pouco melhor do que isso, se fundamenta no atendimento às nossas aspirações naturais de desenvolvimento, de liberdade, de justiça, de igualdade humana e que não se obterá nunca, num país como o Brasil, segurança nacional à força exclusivamente de pressão de coação e de violência. O organismo militarista por mais que se amplie, por mais que se desenvolva, por mais que se hipertrofie, nunca poderá conseguir numa escalada de segurança, conter as aspirações de desenvolvimento nacional

e, conseqüentemente, não poderá cercar as liberdades a pretexto de garantir a segurança.

Seja Sr. Presidente, para esta Casa, o sinal de que é o momento de iniciarmos a derubada dessa legislação que constitui uma permanente escalada de coação e de contenção dos nossos direitos políticos e de nossa atividade democrática. Seja a queda desse Art. 42 a afirmação de que nem o Congresso, nem o povo brasileiro, nem seu sistema judiciário permitem e pactuam com esse processo de contenção das nossas liberdades e de estreitamento dos nossos direitos, e que possamos partir daí para a revogação total da lei de segurança nacional, para a rejeição de qualquer dispositivo legal, inclusive esse decreto-lei que ainda hoje será discutido e que pretende instrumentar formas de violentar a consciência jurídica do brasileiro, de limitar as suas liberdades e de desviar seus anseios e suas aspirações das legítimas metas de evolução, progresso e desenvolvimento, para uma preocupação tacanha, mesquinha e acanhada com uma segurança que não se obterá nunca mercê da força, porque contra ela se levantará, sempre, o povo do Brasil. (Muito bem)

DEPUTADO DOIN VIEIRA
 DCD 20.2.68 - pg 1.112

Processo de libertação do País

mando, entendendo ser esta a única forma de salvação nacional.

Ao denunciar este estado de coisas e seu desencadeamento para pior, não pretende a Oposição, entretanto, estabelecer qualquer tipo de antagonismo ou censura pessoal, quando o erro é de todo um sistema. Ao acusar e criticar a presença do Coronel Meira Matos na chefia do Ministério da Educação e Cultura, visa a atingir e analisar muito mais um sistema e um pensamento político do que uma atuação pessoal. Ao atingir, e exacerbadamente, a composição de um super-ministério sob o comando do General Portela, antes de visar a pessoa do militar, visa o esquema do militarismo. Ao criticar e censurar os propósitos do General Garrastazi Médici e de sua equipe, no sentido de tanger e controlar a opinião pública nacional, quer, sim, a Oposição, em sua crítica, pôr à mostra esse esquema militarista em andamento, que poderá comprometer, em breve, os destinos do próprio País.

É inegável, Sr. Presidente, a existência de líderes militares de surtada cultura e de senso patriótico profundo, cuja atuação individual não padeceria crítica. Entretanto, acabam eles condicionados pela disciplina e pela fidelidade à corporação, limitados em sua visão histórica dos fatos, envolvidos pelo gigantesco mecanismo militar a que pertencem, e do onde emanada o seu próprio prestígio.

Abrem mão, assim, de condies de que poderiam dispor para conter e sublimar a avançada militarista e levá-la, afinal, de retorno aos seus encargos e atribuições históricas e tradicionais.

Por isto mesmo nossa crítica, e a nossa denúncia à Nação, para dar-lhe consciência da necessidade de reagir, não se modifica com os comportamentos pesosos, meros acidentes da evolução do processo. E, desde agora, reafirmamos o propósito de continuar apontando a toda a Pátria essa escalada militarista, que, perdendo os seus rumos, ameaça pôr a perder também os destinos do Brasil. (Muito bem.)

O SR. DOIN VIEIRA:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a denúncia permanente do processo de militarização que o Brasil atravessa é uma das tarefas mais importantes da Oposição brasileira.

É inegável que a escalada militar caminha para o enquadramento ditatorial do País, e a ele chegará, se não for contido em tempo. O Poder Civil, que atravessa um período de depressão e de enfraquecimento, tem praticado sucessivos recuos táticos, mesmo nas áreas de ação política de sua exclusiva alçada, a fim de evitar um confronto de forças com o Poder Militar, que poderia ser fatal para o regime. Mas, assim no campo da física como no da política, a natureza tem horror ao vácuo. E a cada recuo da estrutura civil corresponde um avanço do esquema militar, para ocupar o espaço deixado vazio.

Esta é a reação em cadeia que precisa ser contida, em benefício do País, antes que seja demasiado tarde e que venha ela nos custar o preço da nossa liberdade.

A presença do Marechal Ministro da Guerra neste Congresso e o excelente efeito por ele causado, pelo comportamento de S. Ex.^a ao falar-se em pacificação nacional e em tranquilização de ânimos, a posição adotada por certos militares no conjunto do País, afirmando perspectivas melhores, não implicam, Sr. Presidente, a mudança da posição — que é estratégica — da Oposição brasileira, de permanente denúncia desse processo em marcha. Não será pela posição pessoal de determinados militares e pela capacidade que tenham de transmitir uma mensagem de pacificação ou de nivelamento que nós desistiremos dessa posição adotada, que representa quase a própria essência do movimento oposicionista.

Ao fazer essa denúncia, Sr. Presidente, o que pretendemos é acusar e responsabilizar esse poder militar, assim considerados aqueles oficiais superiores que ocupam áreas políticas e administrativas no País, desde os acontecimentos de 1964, e que depois, ao invés de permitirem o retorno de nosso País aos caminhos da normalidade, resolveram perpetuar-se no co-

CONGRESSISTA: *Doin Vieira*

PROJETO Nº _____ CAMARA _____
 Nº _____ SENADO _____

DC de *21/3/68* | CD-~~Sen~~ Pg 22

DO Nº _____ / de: _____ / _____
Sup.

106

Critica ao Governo

O SR. DOIN VIEIRA:

(Explicação pessoal — Lê):

Sr. Presidente, uma das características dos governos ditatoriais é o louvor publicitário sistemático às liberdades democráticas, enquanto na realidade se pratica toda sorte de violências contra as manifestações de opinião e contra os direitos humanos.

O governo do Marechal Costa e Silva está caminhando perigosamente neste sentido. Enquanto S. Exa. reafirma, a cada passo, que não há o que redemocratizar, porque estamos em plena democracia, enquanto declara a toda a rede de Imprensa do País a não ocorrência, em sua gestão, de qualquer violência à liberdade humana ou aos direitos constitucionais; — os órgãos de segurança do Governo prosseguem na prática de arbitrariedades e atentados contra os direitos dos brasileiros e contra o bom nome do Brasil.

Agora, também as manifestações populares e dos trabalhadores, a respeito das leis do arrôcho salarial, estão sofrendo a repressão policial do Poder Executivo. O doloroso drama do assalariado, escolhido pelo governo da revolução para contribuir com a maior parcela de sacrificio no processo adotado para combater a inflação, comove e emociona hoje todo o País. Sem condições de manifestação válida através de seus organismos de classe sob intervenção, incapazes de sensibilizar os Ministros deste Governo para a decadência de condições de vida que estão enfrentando pela perda do poder aquisitivo, os trabalhadores sofrem agora a ameaça policial permanente, como se criminosos fôsem quando pretendem movimentar a opinião pública nacional em favor de sua causa.

Há alguns meses já que o Executivo vem ludibriando os assalariados com informações e notícias de novos níveis de salário-mínimo e novas normas de política salarial, que afinal nunca se concretizam. Enquanto as elevações de preços dos produtos se sucedem cotidianamente, aumentando as agruras e angústias dos que vivem de salário; enquanto o Ministério do Trabalho fala em inexpressivo aumento de 19% para o salário-mínimo; enquanto isto, as autoridades policiais buscam impedir de qualquer forma, que a campanha popular contra o arrôcho salarial ganhe as ruas, e que o povo dela participe e através dela se manifeste.

Este comportamento governamental é próprio dos países totalitários. Ou se permite a liberdade de manifestação, ou naufraga de vez esta já tão adernada nau da democracia brasileira. (Muito bem).

CONGRESSISTA: *Doim Vieira*

PROJETO N.º CAMARA

N.º SENADO

DC do 9/4/68, CD-SR Pg 1266

DO N.º / de / /

O SR. DOIM VIEIRA:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o ilustre Ministro da Justiça surpreendeu a todo o País, na sexta-feira última, dia 5, com uma portaria que se derrama por uma série de ilegítimas considerações, que representam descon siderações legítimas à democracia brasileira, para, afinal, resolver em três itens fundamentais:

I — Proibir, em todo o território nacional, manifestações, reuniões, comícios, desfiles, passeatas ou o exercício de quaisquer atividades de natureza política pela chamada "Frente Ampla".

II — Determinar as autoridades do Departamento de Polícia Federal, em estreita colaboração com as autoridades estaduais, que:

a) efetuem a prisão em flagrante de quantos sejam encontrados violando a proibição inserta no art. 16, item III, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, combinado com o disposto no Ato Complementar nº 1, da mesma data.

b) procedam à apreensão de livros, jornais, periódicos ou quaisquer publicações, que divulguem manifestações sobre assuntos de natureza política por todos quantos estejam legalmente impedidos de fazê-lo, inclusive da denominada "Frente Ampla";

c) promovam a imediata instauração de inquéritos policiais contra os que estiverem praticando esses atos bem como dos responsáveis pelos órgãos de divulgação, tendo em vista, especialmente, o disposto no art. 38 do Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967, e demais preceitos dessa lei."

Não bastasse o teor do ato ministerial, vem ele divulgado pela imprensa, principalmente aquela que mais de perto recebe os bafejos governamentais, com as interpretações do Professor Paulo Fernandes Vieira, Consultor-Jurídico do Ministério da Fazenda, que se revela aqui, agora, um promissor e futuroso aprendiz de Chico Campos. Vem ele afirmar-nos que a prisão em flagrante prevista na portaria colherá inclusive parlamentares, posto que a inviolabilidade que o art. 34 da Carta de 67 assegura a Deputados e Senadores não subsistirá no caso de infringência desta portaria, deste mini-ato institucional deste ato institucional portátil, deste arremêdo de ato institucional, ao subscrito pelo poder revolucionário nem pela autodenominada revolução democrática; assinado, sim, pelo Sr. Luiz Antônio da Gama e Silva, Ministro da Justiça. No seu contexto, nas suas considerações preliminares faz lembrar a velha afirmação do espanhol assutado: "Jo nocreo en las brujas, pero que las hay, hay." Ainda uma vez fica demonstrada a ausência de dimensão deste Governo diante da extensão imensa deste País as limitações estreitas dos que dirigem o Brasil, diante da ampla e generosa predestinação deste País continental. Traz a portaria em seu útero a semente de sua própria destruição, invocando como alicerce e fun

106

Análise da Portaria Ministerial que coloca a Frente Ampla na ilegalidade

[Handwritten signature]

Marisia

amento atos institucionais e atos complementares, como se juridicamente válidos e legítimos ainda fossem. A vigência da Constituição de 1967 pôs termo ao estado de exceção que vigorava no País. A afirmação é nossa, é de todos, é do Sr. Presidente da República que, a cada passo, reafirma a democratização plena e que não há o que redemocratizar. Assegurou a validade e a exclusão da apreciação judicial da Carta de 67 e dos atos praticados com base nos atos institucionais e complementares, mas não assegurou a perpetuação e a permanência desses mesmos atos complementares e institucionais, que foram absorvidos pela Constituição ou perderam sua validade institucional. A portaria do Sr. Ministro da Justiça não resistirá, por isso, à revisão, ao reexame, ao crivo do Poder Judiciário. O Supremo Tribunal Federal, pela dignidade, pela grandeza, pela independência de seu quadro, não negará a declaração de nulidade e de inconstitucionalidade desse recado ministerial de véspera da Semana Santa.

Declarada a ilegalidade jurídica da portaria, restarão duas posições ao Governo da República: primeira, acatar a decisão judicial, reconhecer o seu erro — e teremos dado mais um passo para a ansiada redemocratização deste País, para o retorno a liberdade de manifestação e ao pleno exercício dos direitos democráticos — segundo, negar-lhe obediência, através de ato de força — posto que lhe escasseia razão e força — ora ainda — manter o arrocho de opinião, de manifestação, desmascarando, assim, o processo ditatorial em escalada neste País. Ainda nesta segunda hipótese, lucra o processo de evolução histórica do Brasil; definem-se as posições, e até mesmo as forças de oposição democrática, ainda atreladas, hoje, ao esquema governamental, e ele se sentirão liberados. Poderemos reencetar, então, todos juntos, uma união de forças populares e políticas de âmbito nacional para o grande, desejado e ansiado movimento de redemocratização deste País, de retomada do progresso, de reinício do processo de desenvolvimento.

Queremos, Sr. Presidente, deixar um registro final ao ilustre Ministro da Justiça: a expressão "Frente Ampla" é agora proibida no País, a bem da sobrevivência do esquema governamental, mas há outras expressões, igualmente explosivas no seu conteúdo e que precisam ser enquadradas no índice governamental. Citariamos e sugeriríamos algumas, entre elas: liberdade de manifestação, eleições diretas, manifestações estudantis, aumento salarial, anistia ampla, liberdade de associação, violências policiais, liberdade de informação, direito de opinião — democracia, Sr. Presidente! (Muito bem).

CONGRESSISTA: *João Vieira*
 PROJETO Nº _____
 Nº _____
 DC de *30/04/68* CD-*8-A* Pg *1911*
 DO Nº _____ de _____

CAMARA
 SENADO

106

Sublegadas

O SR. DOIN VIEIRA:

(Comunicação. Sem revisão do orador) Sr. Presidente estava eu em atividade externa a serviço desta Casa quando aqui chegou o projeto das sublegendas.

Trago do meu Estado a dolorosa impressão colhida entre o eleitorado e classes políticas a respeito desse mecanismo, com o qual se pretende, ainda uma vez, distorcer a manifestação da vontade popular.

Tanto na área política, como junto ao povo, ele causou a mais dolorosa das impressões. Verdade é que o povo em si já cansado e desiludido a atividade política viciosa que se implantou no Brasil nos últimos anos, não reagiu com aquela intensidade que o projeto estava a merecer.

A Revolução, que surgiu entendendo-se inspirada no povo e na manifestação da família, tornou rapidamente para um movimento militarista, e hoje, mercê da habilidade e do rapetimento dos velhos políticos se transformou em movimento de gerontocracia, de conservação das velhas classes e de manutenção das oligarquias políticas. O mecanismo que pretende implantar não é mais do que o desejo de conter o próprio processo político brasileiro, de fazer parar o tempo, de levantar uma barreira à manifestação de liderança dos novos, de impedir que a juventude se entrecese e participe da evolução democrática do nosso País.

Tem o projeto sem dúvida alguma, um grande valor: abre ao povo ainda com mais evidência, a convicção de que o movimento que se instalou como governo neste País, desde os idos de 1964, não tem identificação com a vontade popular, não tem condições de processar essa identificação e, por isso, estabelece esquemas que tais, a fim de distorcer ainda mais a vontade popular, de mutilá-la, de modificá-la a seu gosto e talento e permitir que, no País e nos Estados, as velhas oligarquias os comandos políticos tradicionalistas, responsáveis pela dificuldade da evolução nacional, permaneam no poder e sufocuem, assim, todo o esforço que grande parte do povo, sobretudo o jovem, faz no sentido de modificar as nossas estruturas e de abrir novos horizontes para a Pátria. O processo das sublegendas será, não temos dúvida, mais um passo para desmoralizar o regime político da Revolução de 1964. (Muito bem.)

está presente e profundamente consócio de sua participação na atividade histórica deste instante.

Nesta Capital, Sr. Presidente, a atitude de repressão às expansões universitárias, tem chegado a um clímax de intolerância, de violência, de irracionalidade. Os professores inclusive, os mais jovens professores, estão sendo detidos na via pública pela Polícia de Consumos, pelo DOPS, pela Polícia Civil, e se obrigam, para venhame próprio, a comprovar sua qualidade de não estudantes, a fim de serem liberados. Porque hoje, Sr. Presidente, o crime ser estudante e andar transitando, tranquilamente, pelas ruas, e os próprios mestres se vêm nesta vexatória situação de documentar a sua qualidade de professores, sob pena de serem recolhidos a permanecerem presos. Ainda neste momento, depois da pacífica demonstração da Guanabara, que demonstrou bem claramente que todas as violências e todos os choques que têm resultado da agressão policial, ainda assim uma centenas de jovens estudantes se encontram presa em Brasília, neste instante. E é em função dessas prisões que os moços universitários se movimentam, inclusive neste momento, junto ao Congresso Nacional para levantar recursos que lhes permitam, inclusive, dar cobertura e dar assistência a esses jovens que se encontram presos. Os estudantes da nossa Universidade Nacional de Brasília estão, inclusive, distribuindo bônus — chamados bônus contra a repressão — e distribuíram editorial, com os seguintes dizeres:

"Bônus Contra a Repressão"

Os estudantes são espancados, presos e assassinados pelos seguintes motivos:

- 1) Porque não concordam que um país onde existem 50 milhões de analfabetos, nas escolas haja um número cada vez menor de vagas.
- 2) Não concordam que o dinheiro do povo, que deveria ser usado para a sua educação, seja desviado para os gastos militares.
- 3) Não concordam que as escolas, desde o curso primário até o Universitário, sejam adaptadas em função de um ensino que atenda exclusivamente as necessidades das grandes firmas e os monopólios americanos (Ford, General Motors, Esso), excluindo um estudo sistemático da realidade brasileira.
- 4) Porque não concordam que o ensino no Brasil seja planejado por técnicos estrangeiros, desconhecedores de nossas necessidades reais.
- 5) Porque lutam contra a Política Educacional do Governo que quer transformar o ensino gratuito em ensino pago".

Este é o manifesto dos Estudantes de Brasília, Sr. Presidente. Mas é igualmente importante tomar os conhecimentos agora do pronunciamento dos professores. Não é válida qualquer afirmação de que se conflitam e atritam professores e alunos. O conflito é da estrutura toda como um estado policial; o conflito é que aquilo que se quer renovar, modificar e evoluir com a repressão ortida do Executivo, que faz no capítulo máximo de sua programação a defesa da chamada segurança nacional. Ainda ontem os professores de Brasília, em reunião que realizaram aproveitaram um pronunciamento que tem o seguinte teor:

PRONUNCIAMENTO

Os professores da Universidade de Brasília, abaixo assinados, em reunião realizada hoje, 26 de junho de 1968, vêm tomar a seguinte posição, frente aos acontecimentos que são do conhecimento geral.

a) declarar sua confiança na contribuição que quer dar ajuventude na solução da miséria e do subdesenvolvimento.

b) declarar sua disposição de evitar a todo o custo e repudiar a presença policial no "campus" para o que se comprometem a defender o território da UNB de intervenções arbitrárias.

c) condenar toda violência no ambiente da UNB.

d) trabalhar e lutar pela libertação dos alunos presos.

Os mesmos professores convocam para o dia 27 de junho, às 9 horas, no auditório Dons Candelários, os seus colegas para uma Assembleia Geral a fim de serem tomadas novas medidas em face da comunidade universitária.

Assinados: Francisco Inês Danna — Fernando José de Almeida — Aristaldo Franco Fano — Luiz Picarelli — João Evangelista de Andrade Filho — Araci Muniz Mendonça — José Maria — Michel Lunetta — Sônia Bandeira Carvalho — Suly Alices de Souza — Luiz Otávio Souza Carmo — Lauro Alvares da Silva Campos — Bartolomeu João Hess — Gneyr Baranca — Inácio Leonel Luciani — José Geraldo Chaves — Aramita de Azevedo Mercadante — Antonio Irans Puz — Oney S. Trindade Serpa — Willy H. Gannon — Rui Fernando Rodrigues Pereira — Flávio Inácio Kehl — Sônia Naves Amaran — Graziela M. Barroso."

Neste momento, esses mestres estão reunidos em sua Universidade, a fim de deliberarem sobre a posição e atuação para prestigiar o movimento estudantil brasileiro, que não é mais, hoje, um movimento dos estudantes, porque pertence a todas as classes e a todos aqueles que desejam horizontes novos para a Pátria, ultrapassando a dessa limitação, dessa opressão e dessa pobreza de visão e mentalidade que pretendem implantar aqui, sobretudo com o Estado policial em que estamos vivendo e com um governo que não está à altura das nossas aspirações e destinações históricas. — (Muito bem).

CONGRESSISTA: DOIN VIEIRA

PROJETO Nº

28/06/68

CÂMERA SENADO

3740

Movimento estudantil

O SR. DOIN VIEIRA:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a esplêndida manifestação pacífica realizada ontem na Guanabara terá sido, talvez, a mais expressiva e válida réplica ao discurso pronunciado, neste mesmo recinto, pelo Sr. Presidente da República, na Convenção da ARENA. S. Exa. completamente distanciado da realidade brasileira e das angústias que tivemos nesta fase de transição entre duas épocas e duas estruturas, aleando de toda a problemática nacional, encontra, na manifestação de estudantes, de intelectuais, de professores, de artistas, de sacerdotes e do povo todo da Guanabara uma demonstração de que se o Governo está omissa e ausente o povo brasileiro.

ASSISTA: DOIN V. VIEIRA

N.º
04, 07, 68 / 3904
/ de / /

*Autocrisista dos dirigentes
estudantis e/o presidente
da República 3904*

Infelizmente, Sr. Presidente, o Poder Executivo não teve visão, percepção e alcance bastantes para utilizar de forma adequada a oportunidade que o próprio Brasil lhe dava.

Nascido de forma menos legítima e não democrática o Presidente da República lançou fora oportunidade excelente para legitimar o seu Governo, ouvindo o povo, acolhendo suas reivindicações, e transformando-as em nova prática.

Ao reivindicar um restaurante para estudantes a libertação de alguns jovens e a modificação do sistema de censura, sem dúvida que aquela comissão não estava levando ao Governo a totalidade, o fundamento, a razão de ser mesma da movimentação de 100 mil pessoas nas ruas da Guanabara. Era, apenas, um material de diálogo. Aquelas pequenas proposições significavam a forma de o povo começar a conversa com o Governo, para entender-se com ele, a pretender, por seu intermédio, modificar os destinos do Brasil.

O que pretendia o povo nas ruas e nas praças era isso e bem mais que isso: modificar as normas traçadas para a administração deste País, para o seu futuro e para as suas perspectivas. Não se pretendia apenas libertar alguns estudantes, presos, inclusive, depois das passeatas ou restabelecer um restaurante. Mas até mesmo essa colocação imediata que possibilitava e permitia o início do diálogo, foi cortada pelo Poder Executivo, porque há havia decisão e respeito do restaurante, como se fosse vergonhoso para o Governo ouvindo o povo, modificar-se, alterar as suas decisões e falar assim pelo povo legitimando-se, democratizando-se, popularizando-se. Lançou fora o Presidente da República esta oportunidade; recusou libertação a estudantes, sob a alegação de que estavam *sub judice*, sob a tutela da Justiça Militar.

Sr. Presidente, a oportunidade que se dá à Presidência da República de retomar essa tentativa inicial frustrada de diálogo é a que a Oposição propõe através do projeto de anistia. Encaminhe o Sr. Presidente da República, se desejar, seu projeto; permita que se soltem estudantes, que a estrutura da segurança do Brasil não decaiba por causa disso mas terá possibilitado, assim, o retorno do entendimento. Quando S. Ex. fecha as portas a esse tipo de diálogo, o que ele afirma e diz é que o Governo se distancia do povo, e a ele se contrapõe, que coloca barreiras diante do povo. Não é, como deveria ser manifestação da vontade popular, expressão das reivindicações da massa, não é a formulação dos anseios e desejos de 90 milhões de brasileiros. O que ele representa é a contraposição, o antipovo, a impedir que este país se realize. S. Ex. o Marechal Costa e Silva lançou fora, na sua maioria política, a esplêndida oportunidade de vir até o povo, de encontrar-se com ele. Essa oportunidade se reabre mercê do projeto que propicia a anistia geral aos estudantes, a fim de que possam, assim, libertar-se desse jogo militarista e possa o Presidente da República despir-se desse esquema de repressão e linha-durismo que o caracteriza e revestir o seu Governo, ao menos em parte, de uma inspiração popular. Não é possível contrapor-se permanentemente à vontade da grande, da esmagadora maioria dos brasileiros, que desejam a paz, a anistia, o entendimento fraterno para o desenvolvimento do País. S. Ex. quando se levanta contra isto, levanta-se contra o próprio Brasil. É mister que seja, que perceba que não pode permanecer nessa posição de se antepor às mais legítimas, profundas e autênticas inspirações e reivindicações de toda a pátria brasileira. (Muito bem.)

O SR. DOIN VIEIRA:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o povo do Brasil teve ontem oportunidade, pela primeira vez nestes últimos anos, de entrar em contato direto com o Governo. Representava-o nesta entrevista um grupo composto por estudantes, clero, a família brasileira e também um representante da classe política.

DOIN VIEIRA

18/07/68

afirma, em seus pontos principais, em primeiro lugar, que insiste na proibição de passeatas em todos os Estados da Federação.

Nessa mesma hora, Sr. Presidente, em São Paulo, mobilizavam-se os trabalhadores, não para demonstrar seu desagrado ao Governo, sua discrepância de orientação política dos partidos dominantes, mas para manifestar sua reação quase instintiva contra o processo de fome sob o qual se vêm massacrados. E ainda hoje pela manhã estavam ocupados alguns estabelecimentos, entre eles a COBRASMA, com 2.500 homens em greve. Os Sindicatos resolveram, afinal, acolher esses movimentos operários absolutamente legítimos, que pretendem aumento de salário de 35% e o pagamento de horas extras, recusado até agora.

Esse movimento do operariado paulista, tão ignorado pelos órgãos máximos da administração brasileira, fundamenta-se em recente movimentação de empregados da Willys, da Volkswagen e da Mercedes Benz, que, em greves rápidas, algumas até de cerca de meia hora, obtiveram dos dirigentes daquelas empresas esse aumento que o Ministério do Trabalho, afinal, ratificou, quebrando, assim, sua resistência à modificação da política do arrocho.

Na nota do Conselho de Segurança Nacional ressaltamos ainda, crítica, que não chega a ser velada porque bastante ostensiva ao comportamento da imprensa brasileira.

Ora, Sr. Presidente, se tivéssemos restrições ou censuras a fazer a essa imprensa seria a sua contemporaneização habitual com o Governo em seu processo discricionário e nunca a resistência ou crítica violenta ou não arrazoada a esse Governo. No entanto, a nota do Conselho de Segurança Nacional ressalta que há o risco de, pelo trabalho insidioso de desinformação realizado por elementos infiltrados nos setores formadores da opinião pública, venha ela a destorcer-se, em prejuízo da segurança nacional.

E recomenda, afinal, que a imprensa se preocupe em não se converter num instrumento da desordem, a fim de que seja mantido o clima de confiança, indispensável ao desenvolvimento do País.

Nada se diz, nada se fala, nada se afirma sobre a necessidade de reforma de estruturas, de modificação dos horizontes do País, de alteração dos programas de trabalho, de abertura democrática de ensino, de esperança a gerações jovens, ao proletariado e à classe média, ansiosos em ver alteradas profundamente as expectativas nacionais. É um documento sem grandeza. E lamentamos mais porque ele é subscrito e aprovado pelo que há de mais representativo na administração deste País. Ausente da realidade nacional, não compreende que o nosso problema não se restringe, como se pretende com uma insistência irritante, a uma questão de segurança ou de corrupção; mas é um anseio nacional, é, diremos, um anseio mundial pelo desenvolvimento, pelo progresso, pela maior igualdade na distribuição das rendas, pela desconcentração violenta ocorrida atualmente nos bens de produção e riquezas, a fim de que o mundo inteiro tenha um pouco mais de sentido de igualdade e se precipite para o processo de desenvolvimento com mais validade e mais energia.

Este é o nosso registro a respeito dessa nota, lamentando em primeiro lugar sua alienação quanto à realidade nacional, e em segundo lugar sua falta de grandeza e de dimensão no que se refere aos horizontes futuros do Brasil. (Muito bem.)

Resumo do CSN

O SR. DOIN VIEIRA:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, após longa expectativa, o Conselho de Segurança Nacional emitiu ontem — e os jornais divulgam hoje — uma nota a respeito da situação do País. O que nos preocupa sobremaneira, nessa manifestação do órgão máximo da Segurança Nacional, é a pobreza de horizontes, a falta de alcance de visão, a ausência de perspectiva histórica desse conjunto de homens líderes na administração do País, que compõem o CSN.

É impressionante, Sr. Presidente, como, depois dessa longa e penosa expectativa, se verificou, afinal, quase que um parto da montanha. A nota do Conselho de Segurança Nacional, depois de um arrazoado em que ressalta a cada passo o óbvio,

DEPUTADO Doin VIEIRA
DEN 31/8/68 - pg 5692

*Acusação de
Ur B
reprova a demissão de
Min Gama e Silva*

O SR. DOIN VIEIRA:

(Comunicação - Lê) — Exmo. Sr. Presidente, não pode ficar apenas limitada aos protestos, por mais veementes, enérgicos e generalizados que sejam, a reação do Brasil e dos brasileiros contra o atentado aos mais sagrados e respeitáveis direitos humanos, constituído pela invasão policial, brutal e violenta, realizada contra a Universidade Nacional de Brasília.

Naquele espetáculo degradante e criminoso, onde se expandiu o instinto primitivo e a vocação ditatorial de alguns das áreas dominantes no Governo, ficou ainda uma vez evidenciada, perante toda a Nação, a desagregação total do poder dominante e sua impossibilidade de permanecer no comando a não ser pela sustentação da força bruta e pelo argumento das armas assassinas. No ciclo do rápido desgaste que vem sofrendo o Governo da revolução, desde abril de 1964, evidencia-se que o grupo que ascendeu ao Poder, será aliado sumariamente da direção deste País, tão logo tenha o povo o acesso democrático e livre às urnas eleitorais....

Mas há aqueles que, tendo chegado a posições de mando no bojo do movimento pretensamente revolucionário de março-abril de 1964, pretendem manter-se a qualquer custo nos postos a que se alçaram, mas que não tem condições de preservar pela competência, pelo trabalho, pela dignidade. Lançam mão, então, de todos os recursos, mesmos os mais abjetos e indignos para assegurar sua sobrevivência nos quadros administrativos e políticos do Brasil. O sacrifício da juventude, o assassinato de moços, o atentado à cultura, o desrespeito à dignidade humana, o massacre dos estudantes a violência contra parlamentares e vandalismo aliando as instalações universitárias, todos os requintes da invasão policial perpetrada pelo Departamento de Polícia Federal contra a instituição mais re-

presentativa da cultura superior do País que é a Universidade Nacional de Brasília. — têm, todos estes atos criminosos, responsáveis imediatos que os executaram, e responsáveis legais que não só os permitiram como os autorizaram e comandaram.

Diante do País, ergue-se a sombra do Ministro da Justiça, o Sr. Luiz Antonio da Gama e Silva, como o grande responsável, o culpado maior neste atentado que envileceu o Brasil e escandalizou o mundo civilizado. Sua vocação ditatorial não sequer disfarçada; seu desejo de aplicar a esta Pátria sofridora novos atos institucionais que substituíam pela violência opressora a capacidade e a competência que lhe faltam para dirigir nossos destinos; sua incapacidade de se sensibilizar aos anseios de liberdade e desenvolvimento de todo o nosso povo — constituem já razões sobejas para que o Sr. Gama e Silva não permanecesse no P. S. C. Mas a operação vandálica da invasão da Universidade da Capital do País, com o massacre de nossos filhos e de nossas melhores esperanças, está a exigir a honra urgente, a imediata demissão do Ministro da Justiça.

O atastamento do dirigente da criminosa investida policial é, já agora, dívida de honra do Presidente da República, perante a Nação. De outras forma, S. Exa. estará encampando a violência, o arbitrio, o assassinato, a ditadura policial e deixará de merecer não apenas o respeito mas também a obediência de povo brasileiro.

A demissão do Ministro Gama e Silva é dívida de honra que o Governo tem agora perante a Nação inteira. (Muito bem.)

melhor Minas poderia dar a esta Nação. Rendo novamente aqui o meu voto de congratulação ao Sr. Relator, que merece a confiança do Governo da República. Mas não posso perno julgamento

PROGRESSISTA: Doin Vieira

PROJETO Nº 7 / 5 / 63, CD-SP-UN Pg 39/112
Nº 1 de 11

CAMARA SENADO

allega que se gastam fortunas com informações e espionagem, esse detrimimento da dotação orçamentária dos Aeroclubes

Há cerca de 25 anos desenvolveu-se neste País uma campanha intensa de cobertura do território nacional, através da aviação civil. Essa campanha tinha como slogan a expressão "Dê asas ao Brasil". Como resultado dela, quinhentos aeroclubes se fundaram e passaram a funcionar em toda a extensão do território nacional. País de dimensões continentais, não será demais repetir, tem o Brasil na aviação um dos instrumentos fundamentais para seu desenvolvimento, para sua atividade de comunicação. E é a aviação civil o navegador, a fonte geradora, o caldo de cultura de todo esse conjunto de pilotos e de auxiliares que movimentam, hoje, a aviação do nosso País. São os aeroclubes civis, e que mantêm essas escolas de pilotagem, esses núcleos formadores de pessoal especializado. Entretanto, Sr. Presidente, mercê do abandono dos Poderes Públicos, que se agravou nestes últimos vinte e poucos anos, hoje são 113 os aeroclubes em todo o País, escolas de pilotagem, de formação de elementos especializados que vão suprir todas as necessidades de nossa aviação civil e, também, militar. No ano passado, as dotações que beneficiavam essas escolas de pilotagem e esses aeroclubes, atingiam 1 milhão e 300 mil cruzeiros novos.

Pasmé V. Ex.º Sr. Presidente, essas dotações foram reduzidas no corrente ano, para apenas 300 mil cruzeiros novos. Enquanto, insistimos, se multiplicam, farta, ampla e generosamente, as dotações dos serviços de espionagem, de repressão, permitindo operações onerosíssimas, como essa malfadada operação de invasão da Universidade de Brasília, que levantou contra ela a opinião do País inteiro, vemos essas modestas escolas de formação de civismo do interior do Brasil, perecendo, desaparecendo, mercê do abandono quase total que lhe vota o Poder Público.

Dai o nosso protesto e o nosso registro, Sr. Presidente, que se transforma, também, em um apelo, inclusive ao nobre Relator das dotações do Ministério da Aeronáutica, Deputado Joaquim Parente, a fim de que atente para o fato e não permita que se cometa, a longo prazo, este crime contra a formação de pilotos civis neste País.

De outra forma, teremos, em breve, de importar, também esses pilotos, para atender às necessidades, que são crescentes, mercê da própria dimensão do nosso território; de outra maneira, teremos, em breve, o angustiante problema, que hoje já se revela, da ausência de elementos habilitados a suprir as necessidades de nossas companhias de aviação.

Sr. Presidenta, leio o memorial que me encaminhou a respeito, profundamente sentido e muito bem fundamentado, o Aeroclube de Blumenau, a fim de que, constando do meu pronunciamento, chegue, também, ao conhecimento das autoridades competentes como mais um brado de alerta que se levanta contra esta lenta morte a que se destinaram os aeroclubes do Brasil e para que, tem tempo, volte o Poder Público os olhos para eles e lhes destine, pelo menos, uma modesta parcela desses recursos que hoje são destinados a espionar o Brasil, a fiscalizar os brasileiros, a reprimir os estudantes, a arrepiar a juventude, a impedir o normal desenvolvimento do processo político e democrático deste País.

O memorial é o seguinte:

Ofício n.º 80-68

RB/Blumenau, 19 de julho de 1968

Exmo. Sr. Eugenio Doin Vieira

Senhor Deputado: respeitosos cumprimentos.

Permito-me, retratando, não só o pensamento de todos os pilotos, alunos e sócios do Aero Clube de Blumenau, como também, de sig-

O SR. DOIN VIEIRA:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, toda a Nação se preocupa com o esquema de pressão e repressão policial que se desenvolve no País; preocupa-se, já pelos aspectos de agressão à liberdade e à dignidade humanas, já pelo que ele representa de entrave, de perturbação ao nosso próprio processo de desenvolvimento social e econômico.

Os orçamentos da União, a cada ano que passa, se ampliam generosamente nas dotações e nas verbas que se destinam aos serviços de espionagem, de informação e de segurança. Cada Ministério, cada órgão, cada departamento atribui rubricas específicas aos serviços de manutenção desse esquema de força e de pressão, de espionagem e de informação, de delação e de escuta, que perturba a atividade normal do nosso País.

Enquanto isso, Sr. Presidente, enquanto recursos amplos e generosos se despendem nessa atividade antidemocrática, que contraria a própria formação ou o próprio ideal do povo brasileiro, tarefas e serviços de alta relevância são relegados ao esquecimento, ao abandono e ao desprezo.

nificativo grupo de pessoas vinculadas a sociedade do Vale do Itajaí, expor e solicitar a Vossa Excelência, o seguinte:

Faz aproximadamente vinte e cinco anos que foi promovida a Campanha Nacional da Aviação, visando, precipuamente, o desenvolvimento da aviação civil do país.

A campanha, cujo escopo era definido pelo slogan "Dê asas ao Brasil", alcançou notável reop. tividade, chegando, à época, de forma direta ou indireta, a gerar e reorganizar cerca de quinhentos aeroclubes em todo o território nacional, os quais desenvolveram, durante certo período, atividades normais.

Hoje, apesar do extraordinário desenvolvimento experimentado pelo Brasil e, por consequência, da necessidade paralela de contínuo e idêntico progresso para as escolas de pilotagem, que são os alicerces básicos para o incremento da aviação civil, está o país, paradoxalmente, reduzido a apenas cento e dez aeroclubes.

Sabe-se que inúmeros fatores contribuíram para o estranho e inadmissível "retrocesso" de nossa aviação civil, porém, dentre tantos de menor importância, dois deles foram e são preponderantes:

I — a elevação do custo e escassez dos equipamentos de operação;

II — substancial diminuição das subvenções oficiais.

Relativamente ao primeiro item, acreditamos suficiente afirmar, para comprovar o alegado, que a maioria das nossas escolas de pilotagem, continua operando com equipamentos fabricados durante a década da Campanha Nacional da Aviação, milagre internacional cuja exclusividade somente poderia pertencer ao brasileiro...

Não menos grave, o problema das subvenções oficiais destinadas aos cursos de aviação. Em 1966 a 1967, a verba liberada às escolas de pilotagem, foi a um milhão, quatrocentos e oitenta mil cruzeiros novos e, pasme Vossa Excelência, em 1968, baixou para trezentos e oitenta mil cruzeiros novos!

O próprio Sr. Diretor da Divisão Aerodesportiva da Diretoria de Aeronáutica Civil, ilustra positivamente essa exiguidade de recursos e a alarmante situação originada com a drástica amputação dessas subvenções, pela Circular que enviou a todos os Presidentes de aeroclubes, quando afirma:

"o vulto desses cortes, que reduzem o quantitativo de verba, no corrente ano, à quarta parte daquela aplicada no exercício de 1967, vê-se esta Divisão na obrigação de alertar às entidades Aerodesportivas quanto a impossibilidade desta Diretoria de Aeronáutica Civil conceder ajuda aos aeroclubes nos moldes do ocorrido nos últimos anos (sic)"

Dizer a Vossa Excelência que o Brasil deve muitos favores relacionados com o seu progresso à aviação civil; que um dos meios de comunicação mais eficientes entre nós é o avião; que um país com a extensão territorial como o nosso precisará cada dia mais da aviação civil; que a aviação comercial brasileira é constituída essencialmente por pilotos formados em aeroclubes; que já existe, por falta de melhores meios de formação, ponderável falta de pilotos profissionais para nossas empresas aéreas; que a continuar como agora o valor das subvenções e o interesse pela aviação civil acabaremos viajando mais por via rodoviária e quando com empresas aéreas, com pilotos importados,

seria, sinceramente, acreditamos, dispensável, pois Vossa Excelência habituado a legislar pelo progresso da nação, já deve ter conhecimento de todos os fatos comentados e, certamente, julga com a maioria que interessa pela justificada causa, aquela que reputa indispensável, enérgica e decisiva ação junto aos poderes de decisão do país, para evitar que o Brasil retroceda num dos setores de maior importância para sua projeção e progresso, que é, inegavelmente, o da aviação civil.

Pelos motivos expostos e pelo muito que aduzirá Vossa Excelência, solicita o Aero Clube de Blumenau, respeitosamente, através de seu Presidente, suas providências no sentido de ser conseguido o aumento da subvenção destinada às escolas de aviação, consignada ao Ministério da Aeronáutica com o número de identificação 388.2.0273, além de propugnar pelo desenvolvimento de nossa aviação civil.

Com admiração e respeito, subscrevo-me agradecido pelo interesse que dispensar ao presente apêlo. Atenciosamente, Jago H. Lengershausen, Presidente. Era o que desejava dizer. (Muito bem.)

MINISTÉRIO DO EXERCÍTO
ASSESSORIA PARLAMENTAR

CONGRESSISTA: DEP. DOIN VIEIRA MDB/SC

PROJETO Nº

CÂMARA

Nº

SENADO

DC de 14 / 9 / 68 / CD-SXXXX Pg 11/12

DO Nº / de / / SUPLEMENTO
Nº 159

- COMENTA INFORMAÇÕES SOBRE
O DEPOIMENTO DE MILITARES NA
CPI DOS ESTUDANTES

O SR. DOIN VIEIRA:

Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, acompanhávamos hoje, pela manhã, pelos alto-falantes da Casa, os trabalhos deste plenário, quando ouvimos, com surpresa e, em seguida, com estardalhaço, informações quanto a depoimentos de militares na CPI que investiga o movimento estudantil e as agressões na Universidade de Brasília. Dizia-se, e toda a Casa ouvia:

"Ficou evidenciado que os agentes da Polícia Federal não realizaram nenhuma arbitrariedade no cumprimento da sua ação".

E acrescentava-se:

"Também não houve excessos por parte dos mesmos. Limitavam-se a se defender contra os que tentavam impedi-los de conduzir o estudante preso por um mandado judicial".
E mais ainda:

"Na impossibilidade de imputarem ao Coronel Munhoz e à Polícia Federal qualquer excesso nos acontecimentos da Universidade de Brasília, tiveram alguns arguidores que recorrer à técnica do deboche, da rispidez de palavra, como se se tratasse de um indiciado qualquer e cujo objetivo fosse extrair outra verdade que não a relatada pelo depoente".

Proseguia o orador fazendo críticas aos Deputados da Oposição que inquiriram os militares, dizendo que se valiam da "situação para procurar desmoralizar as nossas autoridades ridicularizá-las, tudo na mesma sintonia e nas mesmas técnicas dos que procuram subverter a ordem".

Atentos ao orador, Sr. Presidente, reconhecemos, afinal, a voz e a palavra do nosso nobre colega Deputado Alípio Aires de Carvalho. Podemos verificar e sentir até que pon-

to e que profundamente a orientação que se pretende imprimir ao processo militarista deste País tem desorientado, distanciado e desvirtuado os melhores caracteres e as melhores personalidades.

Alípio Aires de Carvalho, de quem temos a satisfação de nos declarar amigos e admiradores, é uma das figuras mais bem inspiradas nesta Casa, cujos propósitos e objetivos, em última instância, tenho a certeza, muito pouco se afastam dos nossos, em termos de interesse nacional. E vemos este nosso companheiro subestimar, crever tal tipo de afirmação que se distribuiu, em seguida, à imprensa e às lideranças, em papel com carimbo do Departamento de Polícia Federal.

Sentimos, então, Sr. Presidente, em toda a profundidade, o mal, o prejuízo, o impacto que a inspiração dos últimos tempos, desde o Governo militarista instalado no País, em 1964, está causando ao País; a deformação de inspirações, pensamentos e personalidades e o afastamento daqueles diálogos que se deveriam estabelecer entre homens de bem: o desvirtuamento da palavra, da afirmação e do próprio pensamento.

Chega o depoimento do nobre colega a imputar aos Deputados da Oposição o propósito de desvirtuar o relatório de depoimento e a afirmar que a ação dos militares foi moderada, cândida e tranqüila, quando vimos, ainda ontem, na televisão, magoados e compadecidos, a figura desse pobre estudante Waldemar, matada pelas balas disparadas por aqueles que assaltaram a Universidade; quando temos conhecimento de todas as atrocidades praticadas; quando a própria imprensa divulga que o Governo punirá, através de remeços e outros processos de punição moral, os oficiais responsáveis pela invasão da Universidade de Brasília, quando o País inteiro se levantou numa só voz e, inclusive, as esposas de líderes e figuras representativas da ARENA, por escrito, se manifestaram neste País protestando contra a violência, contra o arbítrio, contra a iniquidade, quando todo o movimento de democracia e de liberdade que ainda existe em nosso País levantou seu protesto, nós vemos palavras que tais, partidas da autoridade de uma figura do quilate de Alípio Aires de Carvalho. Isto nos leva a sentir mais profundamente o mal que causa ao Brasil o Governo que nele se instalou, o processo militarista que pretende distorcê-lo, a pressão de alguns grupamentos das Forças Armadas, extremadas e violentos, que querem a qualquer custo lançar a sua mão sobre nossa Pátria e impedir mesmo seu processo de desenvolvimento, se for necessário para que eles se mantenham no comando, no leme, no poder.

Esse tipo de limitação mental, de restrição de comportamento, de entação, de palavras que levam o homem a negar a si mesmo, para pretender justificar, invalidar uma estrutura, é o maior crime que se comete contra o País. Afirma-se a certa altura:

"Há palavras que os Deputados da Oposição nem podem ouvir, como "subversão" e "guerra revolucionária".

Há palavras, Sr. Presidente, que nem os militares do Departamento de Polícia Federal podem ouvir, e o declaram em suas notas oficiais, como "liberdade" e "democracia".
Veja, Sr. Presidente, a que ponto se chegou neste País: termos de pretender ver transformadas as vítimas em criminosos, os atingidos em ofensores, e pretender distorcer esse processo de justiça, do qual esta própria Casa participou, pela sua Presidência

ANEXO N.º 1.14

FICHA DO

12640
N.º PRO. CSS. 98.1, p.53

cia pedindo um inquérito para a punição dos responsáveis pelas violências físicas cometidas contra o Deputado Santilli Sobrinho, uma das mais belas figuras morais e intelectuais desta Casa; pretender justificar, invalidar esse comportamento; pretender negar, perante o Brasil, o que há de melhor na nossa tradição, nas nossas aspirações, nos nossos anseios e nos nossos propósitos de liberdade, que defenderemos, desarmados sim, mas sem temor, Sr. Presidente, porque são valores que colocamos acima da própria vida, da integridade física e moral, sobretudo quando ameaçados estão os nossos filhos, a nossa juventude e a nossa esperança. (Muito bem.)

MINISTÉRIO DO EXERCITO
ASSESSORIA PARLAMENTAR

CONGRESSISTA: D.P. DOIN VIEIRA MDB-SC

PROJETO N°

CAMARA

N°

SENADO

DC de 24 / 10 / 68 / CD-SECCION Pg 13 / 14

DO N° / de / Suplemento

- CASSAÇÃO DO DEP. MÁRCIO
MOREIRA ALVES

- FAZ CITAÇÕES DAS FORÇAS
ARMADAS

O SR. DOIN VIEIRA:

(Comunicação) — Sr. Presidente, retorno do interior do meu Estado as atividades políticas e parlamentares. De lá acompanhei, li o noticiário, o andamento do processo de pressão que se exerce sobre o meu Colega de bancada, o nobre Deputado Márcio-Moreira Alves.

Sr. Presidente, tenho a preocupação intensa e permanente de ajudar quanto esteja ao meu alcance no processo de retomada integral da democracia neste País. E por esse motivo, e por essa razão, recebi com estranheza profunda a informação de que se pretendia, através da pressão dos organismos militares, obter autorização dessa Casa para punir e cassar aquele parlamentar. Nos contatos que tive com o povo de minha terra e a gente do meu Estado, foram muitos os que me perguntaram em que situação se encontrava a invasão universitária. Foram muitos os que me perguntaram quais seriam os haveriam de ser punidos pelos crimes de agressão contra sacerdotes e morte de estudantes. Foram muitos os que levantaram a questão sobre que pessoa estava sendo responsabilizada nas áreas militares pela invasão de quartos, e agressões a artistas e intelectuais.

Nenhum me perguntou sobre o desgaste que teriam sofrido as Forças Armadas mercê de pronunciamento feito nesta Casa por aquele meu jovem colega de bancada, pronunciamento este que, inclusive, teria passado despercebido praticamente do País, como muita coisa que aqui acontece, não fosse a repercussão que lhe deu o próprio organismo militar interessado em transformá-lo em elemento de pressão sobre aquele parlamentar e, conseqüentemente, sobre esta Casa.

Ainda ontem, Sr. Presidente, de passagem pelo Rio de Janeiro, pude apreciar o noticiário, inclusive televisionado, da violentíssima agressão

que se fez agora contra um estabelecimento hospitalar, invadido pela truculência policial, com a morte, com o sacrifício de mais um jovem estudante de Medicina.

Não se pergunta, não se está perguntando nos noticiários políticos deste País quem será punido por este crime. Pergunta-se, sim, se serão, ou não, cassados novos mandatos, se o Congresso autorizará ou não, a punição de um parlamentar. porque usou, desta tribuna, o direito de livre manifestação para criticar minorias radicais que estão deturpando o legítimo e nobre conceito das Forças Armadas do País.

E é por isso que, retornando a este Plenário, desejo manifestar aqui minha solidariedade a este meu colega de bancada. Não cogito. — nem mesmo me preocupo com isso — do que disse ontem e do que está sendo acusado. Cogito, sim — e isso realmente me preocupa — da necessidade de respeitarmos a inviolabilidade de nossos mandatos, o direito de livre manifestação do pensamento nesta Casa e não admitirmos qualquer tipo de coação, velada ou ostensiva, que nos limite o direito de atuar parlamentarmente e representar as Oposições deste País.

Não é admissível, não é válido que se pretenda, desvirtuando, Sr. Presidente — insisto — esse conceito nobre e respeitável das Forças Armadas, transformá-las, merce de restritas minorias, em organismos ditatoriais no País, que agora procuram cercar o que nos resta de liberdade, que é esta tribuna parlamentar.

Por que, Sr. Presidente, se procura atingir o Congresso? Porque é o último, o final reduto de uma democracia periclitante; porque é, como tive oportunidade de dizer, o símbolo dos anseios de liberdade deste povo; porque, desta tribuna, sem repercussão talvez mas ainda plena de liberdade e onde a democracia afinal se exerce, o povo extravasa suas aspirações, suas críticas e seus pensamentos.

Lamento profundamente que inclusive se pretenda dar essa orientação à jovem oficialidade deste País que, estou certo, tão legitimamente quanto nós, anseia ver o Brasil crescer, prosperar, desenvolver-se, libertar-se das influências políticas e econômicas que o escravizam e o viciam. Lamento ver essa jovem oficialidade ser conduzida, orientada no sentido de desenvolver-se repugnância e repulsa mesmo a esta Casa e ao regime democrático, passando a condená-lo como incompatível com os anseios de desenvolvimento. Não é admissível que se venha, através desse mecanismo de pressão, de toda a ordem que se faz desabar sobre o ambiente político deste País, turvar o clima eleitoral que se aproxima, desviar a responsabilidade daqueles que agrediram jovens, assassinaram estudantes, desequilibraram a democracia do Brasil, para procurar agora a cassação do mandato de um Parlamentar, porque não se alcançará um Parlamentar, mas, sim, a dignidade, a docência, a hombridade desta Casa.

Não creio que os melhores militares deste País estejam interessados em ver um Congresso acovardado, tímido, omissivo. Eles, que foram criados e educados para a bravura e para a coragem, gostariam de ver também os homens do mundo civil com a mesma dignidade, a mesma bravura e audácia, defenderem o seu pensamento e o seu direito de se manifestar livremente.

O Brasil é um país jovem e é preferível errar nele pelos excessos de coragem, de personalidade, de agressividade, de disposição e de espírito de realização, a errar pela covardia, pela timidez, pelo conformismo, pela omissão, pelo silêncio. O Brasil é um

país moço e precisa de lideranças corajosas, e essas lideranças não se formam nos cadinhos das pressões e violências, mas, sim, na luta igual e aberta da democracia. Respeito, e, inclusive, reverencio as Forças Armadas no que têm de melhor, mas critico com veemência qualquer propósito que se queira ter de orientá-las no sentido de tirar desta Casa o que lhe resta de liberdade e de democracia, porque, co ma cassação de um mandato parlamentar, se pulverizam afinal os ideais de liberdade e os nossos anseios de redemocratização do País. (Muito b.m. Palmas).

12640 N8.PRO-555.98.1/p54 ANEXO N.º 1.15

INGRESSISTA: *JOIN VIEIRA*
 OBJETO N.º
 N.º
 de 29/11/68 | CD-~~2~~-ON Pg 8560/61
 N.º / de / /

*Critica a liderança da oposição
 Substituição de membros do CES em face da falta de licenças para processar o Sr. M. M. Alves*

O SR. JOIN VIEIRA:

(Comunicação - L.) - Sr. Presidente, o desdobramento do episódio Márcio Alves está pondo a métrica de repente, as dimensões iliputianas dos homens que estão a dirigir os rumos políticos do País.

Tomamos ciência, entre perplexos e repugnados, da decisão da liderança do Governo em substituir parte de sua representação na Comissão de Constituição e Justiça, a fim de assegurar a tranqüilla e subserviente aprovação da autorização para processar aquêle deputado.

É inconcebível como homens que têm sobre si a responsabilidade histórica de traçar hoje as diretrizes deste País gigantesco possam ser tão pequeninos e funcionar como simples recadaires, intimidados e despersonalizados.

Mais inconcebível ainda se nos affigura haja legisladores que se prestem, como fantoches de opereta ou juristas de cartola-de-mágico a substituir seus colegas que, na Comissão de Justiça, teimam em ter dignidade e independência.

Creemos que nunca, em época alguma da História do Brasil, um grupo do Governo tripudiou tanto sobre o povo e sobre as liberdades humanas.

É evidente que esta cábula de inconfidada vocação ditatorial não fala em nome das Instituições e das Forças Armadas, embora se arrogue este papel.

"Ou se crê que a licença para processar os parlamentares do MDB ou se fecha o Congresso" - é a frase que paira nos ares do Brasil.

Mil vezes preferível fôrmos o Congresso fechado, mas intocada a dignidade de seus membros, como reserva para reiniciarmos a pregação da Democracia, a manter esta Casa aberta, mas aviltada, submissa, inteiramente desmoralizada diante do povo.

O momento não exige de nós apenas prudência, mas também estrutura cívica e coragem histórica. Não será pela acomodação às pressões, pela complacência humilhada diante dos arroganhos do Executivo, pelas concessões políticas sem grandeza que ajudaremos a construir o futuro e a escrever a História de nosso País.

As manobras do Executivo, com as quais se acumplicia a vocação empregaticia de alguns líderes do partido dominante, merecem nosso formal, expresso e enojado repúdio, a bem do Brasil e de sua combatida Democracia. *(Muito bem)*

Resumo dos principais pronunciamentos do Dep Fed MDB/SC
Eugênio DOIN VIEIRA no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO do CONGRESSO NACIONAL
16 SET 67	Pronunciou-se favoravelmente às eleições diretas.	Nº 116
21 SET 67	Comparou as declarações do Pres CS com as do Min Tarso Dutra, dizendo que as declarações do Min da Educ são o atestado de falsidade e impostura da democracia brasileira que aí está.	Nº 119
27 SET 67	Analisando a declaração de MONTEVIDÉU atacou o Gov, dizendo que para o desenvolvimento não vemos condições neste Gov indeciso e indefinido que aí está - tolo gigante que se perde a espantar moscas imaginárias - Esta pasmação pos-revolucionária permitiu que surgissem os balões de ensaio da FA. Concluiu declarando: o que é bom para a FA é bom para o MDB e é bom para o BRASIL. Afirmou que a oposição foi frustrada por um Gov omissivo e inepto.	Nº 123
17 OUT 67	Em sucessivos apartes, atacou e classificou de exploradora a política norte-americana na Am Lat e que fere inclusive a Carta da OEA, em seu capítulo relativo ao processo econômico. Citou palavras de Luther King sobre o problema.	Nº 137
05 OUT 67	Analisando o movimento Rev de 64, disse / que as expectativas do povo a respeito do Gov CS já se apagaram pelo cerceamento de liberdades, a pressão salarial e a perpetuação do poder militar. Disse que os estudantes não intervêm, e isto é doloroso e grave; outro caminho válido / para os destinos do Brasil que não o da reversão violenta das atuais estruturas. Elogiou a FA e a Fre e a Frente Popular. Disse que o Min da Justiça está preparando o "Estatuto dos Cassados" e que um novo manifesto dos coroneis está a caminho.	Nº 129
18 OUT 67	Em aparte a discurso proferido pelo Dep Márcio M. Alves, atacando as FFAA, acusando-as de torturar presos políticos, disse da tristeza e amargura por participarmos de uma Casa que recusa a seus representantes o direito de verificarem em que condições estão sendo tratados os brasileiros detidos a pretexto de Segurança Nacional. Disse que o Dep Márcio M. Alves "não pode visitar os prisioneiros porque eles não tinham condições de serem vistos". Concluiu perguntando: "que espera este País de militares - que isso fazem e permanecem impunes".	Nº 138-I

SNI/AR - SS 15

Resumo dos principais pronunciamentos do Dep Fed MDB/SC

Eugênio DOIN VIEIRA

no Congresso Nacional.

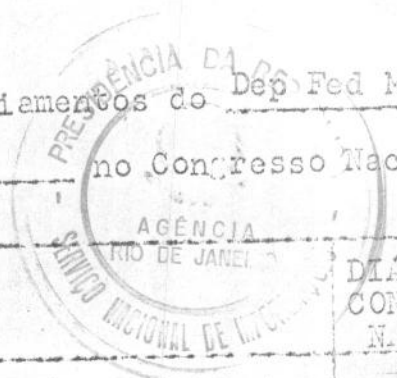
DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
18 OUT 67	Referindo-se ao Cong que se realiza em ARGEL, das nações subdesenvolvidas, atacou a decisão de representantes do Cong Americano, de apresentar embargos as exportações dos países subdesenvolvidos para os EUA.	Nº 60
20 OUT 67	Falando a respeito de projeto do Gov que congela verbas orçamentarias, disse que "ele é a certidão pública da falência, da ineficiência e da inoperância da política econômico-financeira-tributaria aplicada em nosso país".	Nº 140-
25 OUT 67	Como membro da Comissão do MDB, compareceu a Juiz de Fora, a fim de verificar condições de encarceramento de presos políticos. Para maiores detalhes ver ficha Sen Marcelo de Alencar - MDB/GB.	Nº 142-II
20 OUT 67	Comunicou a prisão, por ordem do Cel FERDINANDO DE CARVALHO, em Joinville, do jornalista escritor e advogado CARLOS ADAUTO VIEIRA, com desrespeito as suas prerrogativas de advogado. Concluiu dizendo que o paradeiro do preso é ignorado.	Sup DC 140-I
26 OUT 67	Criticou a tramitação lenta do projeto que regula o pagamento de subsídios aos vereadores e declarou que o MDB faz questão cerrada da aprovação deste projeto. Pretende, e deseja que o assunto seja solucionado no mínimo tempo, para atender inclusive a problemas que se criaram nos municípios do interior, onde os vereadores estão sendo remunerados por essa ou aquela forma.	Sup DC 144-I
23 NOV 67	<u>Declarou o seu regozijo ao tomar conhecimento da decisão do STF, concedendo "habeas-corpus" ao jornalista Flavio Tavares. Atacou o Gov no caso da majoração do imposto sobre produtos industrializados para pagamento do aumento do funcionalismo.</u>	Nº 162
14 Fev 68	Falou sobre a LSN.	Nº 20
12 MAR 68	Falou sobre a "Pacificação Política Nacional".	Nº 34
09 MAR 68	Falou sobre a política salarial e sobre os portuarios de SC.	Nº 33-I
16 MAR 68	Falou sobre o 1º aniversário do Gov CS.	Nº 38-I
20 FEV 68	Falou sobre o processo de militarização do País.	Nº 24-I

SNI/AR - SS 15

Resumo dos principais pronunciamentos do Dep. Fed MDB/SC

Eugênio DOIN VIEIRA.

no Congresso Nacional.



DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
22 FEV 68	Falou sobre a Lei de Segurança Nacional.	Nº 26-I
23 MAR 68	Falou sobre a Segunda Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento.	Sup DC nº 43-I
04 ABR 68	Falou sobre posição dos estudantes SC.	Nº 51-I
09 ABR 68	Falou sobre a Portaria do Min da Justiça de 5.4.68.	Nº 54-I
11 ABR 68	Falou sobre trégua na crise política com a Semana Santa e fez críticas aos Min do Trabalho, dos Transportes e das Minas e Energia.	Nº 56-I
17 ABR 68	Falou sobre torturas infligidas a presos no I Exército.	Nº 58-I
26 ABR 68	Falou sobre observação dos acontecimentos que envolvem a classe trabalhadora de MG pela CPI sobre o arrocho salarial.	Nº 65-I
30 ABR 68	Falou sobre a instituição das sublegendas.	Nº 67-I
07 MAI 68	Disse que a tentativa do militarismo de diráita para aliar-se as lideranças mais reacionárias do poder econômico a fim de perpetuar um estado de exceção no Brasil, é evidente sintoma da deterioração da autoridade governamental. Com a evolução do descontentamento popular quanto as linhas mestras da atuação do Governo revolucionário, aumenta a evidência de que os esquemas de comando atuais dificilmente sobreviverão, se submetidos ao julgamento do voto popular.	69-I
01.06.68	Referindo-se o projeto das xx sublegendas, disse o seguinte: "A Nação inteira no que lhe resta de consciencia política, acompanha, entre estarecida e repugnada a tramitação do projeto que cria as sublegendas nas proximas eleições em todo o País. Instrumento habil, jeitoso e maneiroso, que veio a mente fertil e criadora dos velhos políticos, a fim de poderem manter em suas mãos, já ditas tremulas e encarquilhadas, o comando oligarquico com que sufocam o surgimento de lideranças novas por toda esta Patria brasileira. Oficializa-se neste País a ditadura, implanta-se o partido unico por via desta ditadura, a fim de que permaneçam as oligarquias tradicionais e apodrecidas que nao tem condições de disputar livremente nas urnas, diante do eleitorado novo que se forma, esclarecido.	Nº 88-I

SNI/AR - SS 15

Resumo dos principais pronunciamentos do Dep Fed MDB/SC

Eugênio DOIN VIEIRA.

no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
07 JUN 68	Falando sobre a Lei nº 5.449, de 4.6.68, que declara de interesse da segurança nacional vários municípios, disse que vai juntamente com outros parlamentares, um projeto de lei que revogue de imediato essa Lei.	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA AGÊNCIA RIO DE JANEIRO
18 JUN 68	<p>Em seu discurso na CD, disse o seguinte: "Vimos a esta tribuna para denunciar um fato escandaloso que atenta contra todos os métodos de dignidade humana, da ética e da decência e que está sendo praticado pelo próprio Governo da República. Noticiam os jornais que uma pesquisa elaborada pelos setores de informações e de segurança do Governo, fixando as posições e as opiniões políticas de membros do Congresso, assim como seu comportamento público e privado, foi encaminhada ao Senhor Pres da Rep e vai servir, para que o Gov controle diretamente as próximas eleições, fiscalize candidatos e vigie os militantes políticos.</p> <p>Esta intenção de exercer pressão publicitária sobre parlamentares, utilizando não apenas elementos da sua vida pública, mas também dados e levantamentos de sua vida privada, e a própria instituição da corrupção moral e a pressão espúria da publicidade oficial sobre os homens públicos".</p>	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA AGÊNCIA RIO DE JANEIRO
28 JUN 68	Falando sobre a passeata realizada na GB no mês de Jun 68, entre outras coisas disse o seguinte: "A esplêndida manifestação pacífica realizada na GB terá sido, talvez, a mais expressiva e mais válida réplica ao discurso pronunciado, neste mesmo recinto, pelo Sr Presidente da República, na Convenção da ARENA. E.Exa. completamente distanciado da realidade brasileira e / das angústias que tivemos neste fase de transição entre duas épocas e duas estruturas, além de toda a problemática nacional, encontra, na realidade, na manifestações de estudantes, de intelectuais, de professores, de artistas, de sacerdotes e do povo todo da GB uma demonstração de que se o Governo está omissa e ausente o povo brasileiro, está presente e profundamente consciente de sua participação na atividade histórica deste instante.	Nº 103-I
05 JUL 68	Em seu discurso, entre outras coisas disse o seguinte: "este plenário está vazio de congressistas, mas, sem dúvida, cheio da preocupação e da angústia destes minutos de expectativa histórica que estamos atravessando. Como que uma série de dados e de elementos se agrupam e se aglutinam na previsão de instantes talvez	

SNI/ARJ--SS-15



DEP FED - MDB/SC

Resumo dos principais pronunciamentos do Eugênio DOIM VIEIRA.

Agência Nacional de Informação no Congresso Nacional

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DC
05.7.68	<p>decisivos para a definição da história do Brasil. De um lado, o ato de estudo de sítio, já pronto / desde ontem, em mãos do mais alto mandatário da Nação; os grupos exarcebados da área militarista, que se coordenam para golpes de força visando sempre e afinal a tomada do poder e ao fechamento / deste Congresso. De outro lado, os estudantes presos, cada vez em maior número, sem ato formal, sem processo regular.</p> <p>Que faltará a este Governo da República? que razão, colocado assim pela força do número e das armas no comando do processo nacional, perdeu ele, nesses rápidos e difíceis quatro anos, a quase totalidade de seu crédito, da autoridade, da autoridade de comando e de capacidade realizadora? Por que se pretende o estado de sítio? Para fortalecer a autoridade presidencial, que foi excepcionalmente forte em todo esse período? E depois de instaurado o estado de sítio, que se pretenderá? Que o Governo realize um programa de desenvolvimento e reformas que não soube executar até agora, malgrado a soma de poderes que detem em mãos?"</p>	Nº 108-I
18.7.68	<p>Em seu discurso entre outras coisas disse o seguinte: "Apos longa expectativa, o CSN emitiu ontem - e os jornais divulgam hoje - uma nota a respeito da situação do País. O que nos preocupa sobremaneira, nessa manifestação do órgão máximo da Segurança Nacional, e a uma pobreza de horizontes, a falta de alcance de visão, a ausência de perspectiva histórica desse conjunto de homens líderes na administração do País, que compõem o CSN. É impressionante, como depois dessa longa e penosa expectativa, se verificou, afinal, quase que um parto da montanha montanha. A nota do CSN, depois de um arrazoado em que ressalta a cada passo o óbvio, afirma em seus pontos principais em primeiro lugar, que insiste na proibição de passeatas em todos os Estados da Federação".</p>	Nº 117-I
2.8.68	<p>Esta Casa concluiu ontem o seu período de convocação extraordinária. Não se reunia Câmara dos / Deps para fazer leis, e sim para se manter em vigilância cívica, tendo em conta os difíceis momentos que atravessa o País. As manifestações de rua de estudantes e de religiosos, a nota drástica do CSN, a greve dos operários metalúrgicos de Osasco e, afinal, o confinamento do ex-Presidente JÂNIO QUADROS, cada um deles foi motivo bastante para justificar a presença desta Casa em plena / atividade.</p>	Nº 128-I

SNI/ARJ-SS-15



Resumo dos principais pronunciamentos do Senador Eugênio DOIN VIEIRA no Congresso Nacional

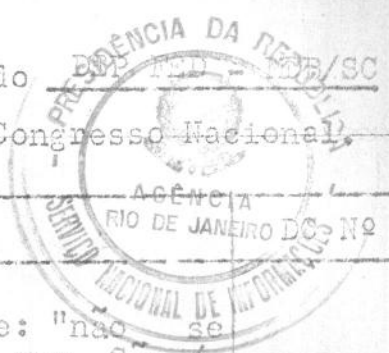
DATA	RESUMO DO DISCURSO	DC
20.8.68	<p>Em seu discurso, disse: "Mesmo o homem do povo, inspirado pelo bom senso e pelo espírito de tolerância e fraternidade tão profundamente brasileiros, percebe e compreende aquilo que o Sr Presidente da República e seus mais chegados assessores se têm recusado a entender e aceitar: que a anistia representa uma abertura magnífica de compreensão e solidariedade humana, um gesto amplo de concórdia e aproximação, entre povo e governantes, entre militares e civis, entre ARENA e MDB, entre juventude e lideranças políticas, possibilitando o reencontro de todo o Brasil para as jornadas de trabalho e desenvolvimento que / necessitamos e desejamos empreender. A recusa da anistia representara mais um golpe de radicalização, mais um desfalecer de esperanças mais uma sufocação de perspectivas para nosso País".</p>	Nº 140-I
14.8.68	<p>Em seu discurso, disse: "o Governo e o povo se entrechocam, se antagonizam e se xxxxxxx se conflitam, como se fossem entidades estranhas e diversificadas, quando, em realidade, numa democracia, o Governo e a natural resultante do povo. Antagonizam-se Forças Armadas e juventude, colocados em confrontos físicos frequentes nas ruas das principais cidades do País, xxxx como o depoimento que ouvimos, ainda neste instante, desta tribuna.</p> <p>Cresce no povo o sentimento de repúdio pelas Forças Armadas, historicamente respeitáveis e que passam a desempenhar um papel inadequado para suas destinações e finalidades. São falsos antagonismos.</p> <p>Neste momento, em que se abre, a perspectiva de um reencontro, através dos caminhos amplos e tranquilos da anistia, a posição de radicalismo em que se coloca o Governo demonstra, ainda uma vez, sua falta de grandeza".</p>	SUP DC Nº 136-I
22.8.68	<p>Falando sobre a invasão da Tcheco-Eslováquia pela URSS, disse: depois dos entendimentos e das / conferencias tranquilas de fronteiras, quando os espíritos pareciam desarmados, eis que na madrugada de hoje, ocultos pelo silêncio e pela obscuridade, os tacões das botas dos russos, bulgaros, alemães orientais, poloneses e húngaros, a serviço do bloco soviético, invadiram Praga e o velho território histórico da Tcheco-Eslováquia.</p> <p>O fato atesta antes e acima de tudo a definitiva falencia ideológica social e histórica das chamadas duas grandes potências. O propósito de dividir o mundo merce de um moderno Tratado de Tor-</p>	

SNI/ARI---SS-15

Resumo dos principais pronunciamentos do DEP FED - MDB/SC
 Eugênio DOIN VIEIRA, no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DC
22.8.68	desilhas repartindo-o o entre Estados Unidos e Rússia demonstrou a inviabilidade; e esses dois grandes países poderosos materialmente demonstram também que se esfacela a sua capacidade de influenciar e de dominar nações".	Nº 142-I
24.8.68	Falando sobre a invasão da Tcheco-Eslováquia, disse o seguinte: "é possível que muitos defensores de Moscou hajam invocado o exemplo dos EEUU para justificar o comportamento russo na Tcheco-Eslováquia. Se o fizemos foi com motivos e propósitos óptimos. Ao causticarmos a violência russa e dos povos que lhe são satelizados sobre o território histórico da Tcheco-Eslováquia pretendemos dar-lhe a comparação mais adequada, que marcasse toda a profundidade do gesto cruel e antidemocrático. Por isso, invocamos o exemplo do Vietnam. E, ao fazê-lo, estamos em excelente companhia; estamos com Berthrand Russel, com Bernardo Shaw, com os melhores pensadores do mundo. Não estamos com Harry Truman ou com Lyndon Johnson; não estamos com os "falcões" de lá ou com os da "linha dura" daqui".	Nº 144-I
03.9.68	Falando sobre a invasão da UnB pela Polícia, disse: "as repercussões do vergonhoso episódio da invasão da UnB ganham unanimidade de repulsa veemente, por parte de todo o povo de Brasília. Todo o povo enfim repudiou, em uníssono, o gesto que enche de vergonha a autoridade que o executou e de angústia o povo que o sofreu. Os professores do Instituto Central de Ciências Humanas da UnB lançaram também sua mensagem de solidariedade aos jovens estudantes e a família brasileira agravada. Além disto, decidiram responsabilizar judicialmente os mandantes e os executores do vandalismo da última. Indiciando as autoridades da Secretaria de Segurança do DF e de do Departamento Federal de Polícia - tudo de acordo com as normas processuais de competência e solicitando a designação de um Promotor Público para promover a competente ação penal e punição dos culpados o "due process Of law". Esta é Sr Presidente, a voz insuspeita dos mestres que se levanta na defesa de nossa cultura e de nossas instituições, agredidas e maculadas pela truculência policial".	Nº 150-I

Resumo dos principais pronunciamentos do Eugênio DOIN VIEIRA, no Congresso Nacional.



DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	
30.8.68	Falando sobre a invasão da UnB, disse: "não se trata de repressão a manifestação de rua. São cerca de cinquenta policiais que estão dentro das salas de aula com bombas de gas lacrimogenio, com metralhadoras e fuzis com baioneta calada. Será essa a anistia que o Governo prometeu aos estudantes e que os jornais divulgaram ontem? É lamentavel que esta Casa se veja impotente nesta hora, como esta diante de manifestações de violência, de brutalidade comparavel a esses movimentos internacionais a que recentemente nos referimos, de invasão da Tcheco-Eslovaquia e de agressão ao Vietna".	148-I
04.9.68	Falando sobre a invasão da UnB, disse o seguinte: "o espetaculo degradante e lamentavel para um país civilizado da invasão da UnB serviu, tambem, mercê de Deus, para demonstrar que o povo brasileiro, longe de se intimidar ou de se acovardar com a pressao ignobil e desclassificada que desabou sobre os jovens, nossos filhos, nossos estudantes, se levantou a uma so voz no repudio, na repulsa, na condenação total aquêle ato de força militar".	No 154-I
04.9.68	Falando sobre a invasão da UnB, disse: "os violentos e cruéis acontecimentos da UnB estão tendo um desdobramento que devemos ressaltar. Demonstram, antes e acima de tudo, que, em absoluto, o espirito de democracia e de liberdade não estava morto, nem sequer talvez adormecido neste País. As reações advindas das mais diversas classes sociais, dos mais diferentes níveis e camadas da composição humana do Brasil demonstram o repudio total a qualquer tipo de processo ditatorial e violento que se pretenda implantar em nossa Patria como norma institucionalizada".	SUP DC 154-I
24.10.68	Em solidariedade ao Dep MÁRCIO MOREIRA ALVES, disse: "não creio que os melhores militares deste País estejam interessados em ver um Congresso acovardado, tímido e omissso. O Brasil é um país jovem e é preferível errar nele pelos excessos de coragem de personalidade, de agressividade, de disposição e de espirito de realização, a errar pela covardia, pela timidez, pelo conformismo, pela omissao, pelo silencio. O Brasil é um país moço e precisa de lideranças corajosas".	SUP DC 187-I
14.9.68	Em seu discurso, disse: "isto nos leva a sentir mais profundamente o mal que causa ao Brasil por o Governo que nele se instalou, o processo militarista que pretende distorcê-lo a pressao de alguns grupamentos das FFAA, extremados e violentos, que querem a qualquer custo lan	

SNI/ARJ - SS 15

Resumo dos principais pronunciamentos do DEP FED - MDB/SC
 Eugênio DOIN VIEIRA. no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC Nº
14.9.68	çar a sua marca sobre nossa Pátria e impedir mes- mo seu processo de desenvolvimento, se for neces- sario para que eles se mantenham no comando leme, no poder".	SUP DC 159-I





2 - DECLARAÇÕES TRANSCRITAS NA IMPRENSA

2.1 - CORREIO DA MANHÃ - 01 Jun 67

2.2 - JORNAL DO BRASIL - 21 Jan 68

2.3 - DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 14 Fev 68

2.4 - TRIBUNA DA IMPRENSA - 20 Fev 68

2.5 - DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 15 Mar 68

2.6 - O GLOBO - 18 Jun 68

2.7 - O JORNAL - 07 Jul 68

2.8 - DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 17 Jul 68



CONGRESSO PROTESTA CONTRA APREENSÃO DE LIVRO: TORTURAS

BRASÍLIA (SUCURRAL) — A apreensão do livro Tortura e Torturados, no Rio, por determinação do ministro da Justiça motivou protestos, ontem, na Câmara, dos srs. Doin Vieira (MDB-SC), Mata Machado (MDB-MG), José Colagrossi (MDB-GB) e David Lerer (MDB-SP). O representante catarinense congratulou-se com seu colega, sr. Márcio Moreira Alves, pois o seu excelente documentário sobre as arbitrariedades da revolução ganhara com o ato, mais prestígio, mais destaque, mais publicidade e relevo, e mais desejo de lê-lo da parte dos homens esclarecidos do País. Todavia, disse, o ato, além de agressão contra a instituição da liberdade de pensamento é o resíduo ditatorial que se legou ao atual Governo, e não ajuda, antes prejudica profundamente a retomada da revolução que espelha e retrata, em documentários, algumas horas difíceis e negras de nossa história política. Está agora prestigiado e favorecido pela medida, mas, de qualquer forma, ela agrediu, feriu, ofendeu os anseios que temos de colocar o País na marcha para a sua democratização".

VIOLENCIA

O sr. Mata Machado destacou a violência do ato, acreditando que o prefácio do líder católico Alceu Amoroso Lima, ao documento de um jornalista consciente e honesto o influiu. Acompanhou a elaboração do livro, viu a cautela com que Márcio Moreira Alves colheu depoimentos, a objetividade com que se conduziu na pesquisa. Por isso mesmo sua obra, antes de ser publicada, repercutirá fora do País, em Temps Modernes, a famosa revista de Jean Paul Sartre. E acentuou: "A mim me parece que, com esse ato, o Governo do sr. Costa e Silva se desfigura inteiramente, porque, pretendendo combater a subversão, subverte; pretendendo defender a restauração democrática, encaminha-a para uma via insurrecional; justifica a luta que sobretudo os jovens, no País vêm empreendendo, luta silenciosa mas cujos efeitos poderão ser terríveis, se o Governo não se capacitar a tempo de que o seu dever é o de manter a via institucional precisamente para que se possa, de modo pacífico e tranqüilo, reencontrar o regime democrático no Brasil."

No final dos trabalhos, que foram prorrogados, houve sucessivas questões de ordem levantadas pelo líder do MDB, sr. Mário Covas, a respeito da apreensão de Torturas e Torturados, pois o sr. Alceu de Carvalho (MDB-SP) levou ao conhecimento da Casa que o gerente da editora invadida fora intimado a prestar depoimento.

O sr. Mário Covas alinhou tais argumentos e o sr. Batista Ramos declarou que "a mim não cabia indagar se o ato praticado pelo parlamentar constituía ou não delito em face da Lei de Segurança. Entretanto, a presidência já havia tomado as providências cabíveis para resguardar as imunidades do deputado, naquilo em que estas pudessem ter sido atingidas. Não tinha conhecimento de qual medida contra a pessoa do deputado nem de instauração de qualquer processo criminal contra sua pessoa."

NO SENADO

O Senado assistiu, ao apagar das luzes da sessão de ontem, debates entre o sr. Eurico Rende, como líder do Governo, e os srs. Mário Martins (GB), Josafá Maranhão (DA) e Pedro Ludovico (GO) do MDB, sobre a apreensão do livro Torturas e Torturados, do deputado-jornalista Márcio Moreira Alves (MDB-GB), tor-

nando-se necessária, inclusive, uma prorrogação dos trabalhos, dos quais nenhum senador presente se afastou até o final.

O sr. Mário Martins iniciou os debates afirmando que a invasão das oficinas onde fora impresso o livro e a apreensão dos exemplares constituía transgressão ao artigo 150 parágrafo oitavo da Constituição vigente e concluiu todos os parlamentares, do Governo ou da Oposição, a se unirem contra essa arbitrariedade pois "não podemos transigir com cartascos e algozes e sem revanchismo, não podemos permitir que eles queiram pôr uma pedra em cima de fatos tão negros como os relatados no livro".

A noite, o Ministério da Justiça distribuiu a seguinte nota, sobre a apreensão do livro:

"O ministro interino da Justiça, sr. Hélio Scarabótole, com fundamento no art. 63 da Lei n.º 5.250, de 9-2-67, assinou a seguinte portaria:

"Considerando que o livro Torturas e Torturados, de autoria de Márcio Moreira Alves, ofende a dignidade das Forças Armadas, instituições nacionais permanentes e regulares (Constituição Federal, art. 92), e deliberada e publicamente, incita a animosidade das classes civis contra elas, o que constitui delito definido no art. 33 do Decreto-lei n.º 314, de 13 de março de 1967;

Considerando que o referido livro não faz qualquer alusão à oficina ou à empresa em que foi impresso, sendo, portanto, clandestino, na forma do art. 7.º, parágrafo 2.º, da Lei n.º 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, e sujeito à apreensão, nos termos peremptórios do art. 61 desse mesmo diploma legal;

Considerando, ainda, que o aludido livro está elvado de inverdades, falseando episódios e buscando induzir o leitor a conclusões totalmente alheias à realidade dos fatos.

Resolve determinar ao Departamento de Polícia Federal a apreensão do livro Torturas e Torturados, de autoria de Márcio Moreira Alves."

O Diário Oficial que circulará hoje vai publicar a portaria do ministro interino da Justiça, sr. Hélio Scarabótole, com data de 30 último, determinando a apreensão do livro Torturas e Torturados, com fundamento nas Leis de Imprensa e de Segurança Nacional.

No Rio, o deputado Márcio Moreira Alves, autografou simbolicamente o livro Torturas e Torturados, na galeria do Teatro Santa Rosa, com a presença de intelectuais, artistas, estudantes, dos deputados estaduais Fabiano Villanova, Alberto Rajão, e do deputado federal Hermanno Alves.

N O X

Doin Vieira acha que a crise nacional aumenta à falta de competência

Brasília (Sucursal) — O Vice-Líder do MDB, Sr. Doin Vieira, entende que a crise nacional que ele diz estar se acelerando é "sobretudo uma crise de competência, e a inoperância e incapacidade do Governo são as determinantes do processo de militarização e endurecimento que se acentua".

Observa que o Coronel Meira Matos "não seria Ministro de fato da Educação se o titular do cargo o preenchesse e o MEC solucionasse seus problemas, tão fundamentais quanto singelos". Não ocorreria o Decreto-Lei 348 nem surgiria um general superministro se os organismos fazendários e de planejamento e coordenação estivessem obtendo um mínimo de êxito".

ATOS NÃO CORRESPONDEM

— Tendo sucedido a um presidente auto-suficiente e obstinado, que não fazia concessões à opinião popular nem se preocupava em cultivar uma imagem de simpatia perante os brasileiros — diz o vice-líder do MDB — o Marechal Costa e Silva não teve dificuldades maiores em obter uma abertura positiva junto ao povo. Suas promessas e afirmações iniciais de humanização do Governo e de seus programas de trabalho asseguraram-lhe de logo um crédito de expectativa e de confiança popular que facilitou os primeiros dias de seu mandato.

— As palavras não corresponderam os atos, entretanto, e as esperanças bem depressa começaram a esfumarse e desaparecer. A estrutura castelista, rígida e bem plantada em todas as áreas administrativas, resistiu à mudança de comando e acabou por ir absorvendo um Governo cheio de boas intenções, mas pobre de condições para concretizá-las.

O ERRO ESSENCIAL

Sustenta o parlamentar que o erro essencial do Governo Costa e Silva decorre do que ele diz ser "sua incapacidade para retomar com êxito o processo de desenvolvimento nacional, para atender aos anseios de melhoria de condições do povo e para realizar as modificações de estrutura e as reformas fundamentais a que a revolução de 1964 inicialmente se propusera".

Segundo o vice-líder da Minoria, as pregações do Sr. Carlos Lacerda não alcançariam a repercussão nacional

que estão obtendo, "não fosse a evidência da falta de capacidade do poder público e dos escalões dominantes para resolver os problemas do País e aliviar as pressões já insustentáveis que pesam sobre os assalariados e a classe média, bem como os dramas que, intransigentemente, burguesia nacional".

A FAIXA QUE SE REDUZ

Afirma o Deputado Doin Vieira que a crise de competência que ele vê no País "está resultando na eliminação e no cerceamento das vias legais e institucionais que ainda restam para tentar a redemocratização e o desenvolvimento do País". No seu entender, a medida que "os esquemas de segurança e os dispositivos militares avançam para tentar preencher o vazio da incompetência generalizada, mais se reduz e restringe a chamada "estreita faixa da legalidade". E, depois de afirmar que dentro em breve, "se esta escalada não for contida, não restará mais campo de manobra, nos limites legais, para os que ainda se apegam às soluções institucionais, conclui:

— É preciso que isto não aconteça. É necessário que se reabram as possibilidades de evolução normal e tranqüila do processo brasileiro, com a participação efetiva de sua classe política. O período de convocação extraordinária do Congresso, com os temas que proporcionará, tanto na pauta política como no debate legislativo, afigura-se-nos excelente oportunidade para esta reabertura de perspectivas, a fim de que possamos chegar aos objetivos que todos almejamos, sem trilhar os caminhos mais difíceis e mais dolorosos.

Para Covas, orientação do Governo vem de fora

O Deputado Mário Covas, líder do MDB na Câmara Federal, identifica no Governo Costa e Silva, passados nove meses de administração, os mesmos propósitos e objetivos do Governo Castelo Branco: "Entre um e outro não há a menor diferença".

Para o líder do MDB na Câmara, do mesmo modo que o Governo Castelo Branco o Governo Costa e Silva recebe orientação "que vem de fora". Lembra o Deputado Mário Covas que o Presidente Costa e Silva tomou posse cercado de um clima de confiança e de esperança "que começa a se desvanecer".

RECUO

Recordou em seguida o Deputado Mário Covas que os primeiros pronunciamentos dos Ministros que integram o Governo Costa e Silva criaram no País um "clima de expectativa positiva". No seu entender, passou a dominar em todos os setores da vida nacional um clima novo. Entretanto, a partir da afirmação, feita pelo ex-Ministro Roberto Campos,

do decálogo da Revolução, o Governo Costa e Silva passou a recuar de todas as posições e compromissos que havia assumido. O primeiro sinal dessa nova situação foi a determinação baixada pelo Presidente Costa e Silva a todos os seus ministros para que evitassem manifestações públicas da linha original do Governo, que entrava em choque com a orientação do Governo Castelo Branco.

Fêz ver ainda o Deputado Mário Covas, como sintoma expressivo da nova situação, que o Presidente Costa e Silva nunca mais falou da humanização da política governamental, que foi a pedra de toque de todos os seus discursos antes da posse.

GRAVADOS

Em fontes ligadas ao Governo revela-se agora que todos os discursos que o ex-Governador Carlos Lacerda vem fazendo estão sendo gravados pelo Serviço Nacional de Informações, inclusive o debate de que participou, recentemente, em Belo Horizonte.

Badaró se solidariza com Rafael Magalhães

O Deputado Murilo Badaró (ARENA de Minas Gerais) anunciou ontem que na próxima semana pretende fazer um discurso de solidariedade às teses que o Deputado Rafael de Almeida Magalhães vem levantando no plano governamental e partidário. Para o Sr. Murilo Badaró o seu colega carioca refletiu as tendências do pensamento jovem de toda a ARENA.

Existem hoje dentro da ARENA duas linhas de orientação em face do comportamento do Deputado Rafael de Almeida Magalhães. A mais radical acha que o Deputado Rafael de Almeida Magalhães revelou-se um "cavalo de Tróia" do Sr. Carlos Lacerda dentro da ARENA.

ARGUMENTOS

Os elementos mais moderados acham que a atitude de rebeldia do Deputado Rafael de Almeida Magalhães provém do ardor da sua mocidade, dos seus propósitos de fazer com que a ARENA realmente se fortaleça. Neste sentido lembra-se que ele foi um dos principais responsáveis pela elaboração do projeto de programa da ARENA, a ser em breve submetido à Convenção Nacional do Partido. Na elaboração do programa partidário, o Sr. Rafael de Almeida Magalhães teve inteira liberdade de expressar as

suas opiniões. O grupo moderado da ARENA acha que, passado este período, o representante carioca voltará a se acomodar dentro dos quadros partidários.

Quanto aos mais ortodoxos, acham que o Deputado Rafael de Almeida Magalhães é realmente um "cavalo de Tróia" do Sr. Carlos Lacerda dentro do Partido. Lembra, inclusive, que atacado na véspera, na imprensa, pelo diretor de um conhecido vespertino muito ligado ao Sr. Carlos Lacerda, o Deputado Rafael de Almeida Magalhães era defendido, no dia seguinte, pelo ex-Governador carioca. Ainda segundo o pensamento dos elementos mais ortodoxos, o Sr. Rafael de Almeida Magalhães dita todas as suas posições segundo as conveniências do jogo da sucessão governamental da qual é candidato desde o dia em que o Sr. Carlos Lacerda deixou o poder. Entretanto, os mais moderados repelem essas insinuações, frisando que o deputado pela Guanabara tem repellido todas as acusações de que pretendia ingressar na frente ampla, através de uma reaproximação com o Sr. Carlos Lacerda. Lembra-se mesmo dentro da ARENA que o Deputado Rafael de Almeida Magalhães sempre se constituiu, ali, no mais feroz adversário do Sr. Carlos Lacerda.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS



ANEXO 5
LIVRO DE 15 2 1968

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Doin Vieira: "Ditadura Militar Vai Desabar"

"A incapacidade do esquema militar para resolver a crise político-administrativa do país, cada vez mais, se evidencia", disse, ontem, o sr. Doin Vieira, acrescentando que "se deteriora o poder militar em toda a gigantesca estrutura institucional que implantou no Brasil, para se perpetuar no comando".

"Esta é uma realidade, continua o opositor catarinense, que até os velhos líderes civis, acomodados à situação dominante, já estão percebendo, e é por isso que apelam para a "pacificação", afirmando que "a queda, em futuro próximo, do artigo 48, da Lei de Segurança Nacional, por decisão do STF, é o primeiro reduto da estrutura ditatorial que desaba".

SEGURANÇA COM POLICIA

Afirmou, ainda, o sr. Doin Vieira, que "o primeiro reduto vulnerável nesse conjunto legislativo e orgânico destinado a consolidar o regime de força, foi a Lei de Segurança Nacional. Violentemente criticada e combatida pela opinião pública e pela unanimidade da imprensa, ela expressa bem a filosofia dos que se formaram para a vida pública dentro da concepção de que a força é o mais válido e seguro dos argumentos". E, salientou que "a falta de formação jurídica do grupo militar que controla o país, e o hábito de raciocinar em termos de estratégia militar, levou-o

ao falso entendimento de que a Segurança Nacional deve ser assegurada por via policial, através das sanções violentas e de radicais restrições à liberdade".

DITADURA QUE DESABA

Assegurou, depois que "em breves dias, teremos a ilegitimidade declarada pelo STF do artigo 48 da Lei de Segurança, em atendimento à representação da Ordem dos Advogados do Brasil, provocada pelas arbitrárias punições aplicadas nos IPMs de Curitiba, e que denunciámos, entendendo ser este o primeiro reduto da estrutura ditatorial que desaba".

Concluindo, afirmou que "após ele, outros virão, e é necessário que isto ocorra, para revogação total de uma estrutura legislativa de inspiração totalitária, que está impedindo a pacificação nacional, retardando a redemocratização do país e dificultando o nosso desenvolvimento".

IMPRESSÃO DA IMPRENSA

20 FEV. 1968

ANEXO N.º 14

LANCADO EM 06/05/1968



Presença de Lira Tavares na Câmara não desfaz impressão do militarismo

BRASÍLIA, 19 (Sucursal) — A Oposição está reagindo, na Câmara dos Deputados, à atitude do partido governista que interpreta o recente comparecimento do ministro do Exército ao Senado Federal, para prestar informações sobre assuntos de sua alçada, como uma demonstração de que não vivemos sob um regime militarista. Vários parlamentares denunciaram, durante a sessão de ontem, o que qualificaram de "processo de militarização que atravessa o País".

O sr. Doin Vieira (MDB-SU) observou que a escalada ~~na Câmara~~ caminha para o enquadramento ditatorial do País. Após advertir que chegaremos à ditadura total, se a escalada não for contida a tempo, salientou que "o Poder Civil atravessa um período de depressão nas áreas de ação política de sua exclusiva alçada, a fim de evitar um confronto de forças com o Poder Militar, o que seria fatal para o regime".

Disse o orador que a cada recuo da estrutura civil corresponde um avanço do esquema militar, para ocupar o espaço deixado vazio, ressaltando que "esta é uma reação em cadeia que precisa ser contida, em benefício do País, antes que seja demasiado tarde, e que venha ela a nos custar o preço de nossa liberdade".

NOTÍCIAS

15 MAR. 1968



ANEXO Nº 2.5
MAR 15 1968

DOIN RECLAMA: GOVERNO NÃO TEM E CAPACIDADE

O GOVERNO revolucionário não está a altura das dimensões e da grandeza potencial do Brasil, afirmou, ontem, o sr. Doin Vieira — MDB-SC —, que esclareceu não estar julgando chas as condições e humanismo do presidente, nem «dignidade e honestidade de seus ministros».

Frisou o parlamentar opositor que registrava apoucas a incapacidade notória da equipe dirigente e declarou que o primeiro aniversário da administração Costa e Silva era boa oportunidade para um presente ao povo: a devolução do direito de escolher seu destino.

FALTA DE VISÃO

«Os que agora comandam a revolução, sem condições de acompanhar e estimular as aspirações de desenvolvimento e o ritmo de expansão do país, pretendem conter e paralisar o crescimento nacional e o amadurecimento político do Brasil, a fim de não serem superados e absorvidos», afirmou o sr. Doin Vieira. Disse ao maior «Inspirados em uma ideologia de segurança, estagnada e sem visão dinâmica do futuro desta nação, buscam retê-la no tempo e na história, para que não lhes escape ao mando e ao controle».

ALIANÇA E JK

O sr. Paulo Campos — MDB-SP — comentou o discurso do sr. Hubert Humphrey, destacando que o vice-presidente dos EUA, na fala alusiva ao 7º aniversário da Aliança para o Progresso reconheceu ter sido o sr. Juscelino Kubitschek o seu inspirador. Disse que a Aliança é a verdade pela qual os Estados Unidos estão sendo julgados e condenados pelos latino-americanos, exatamente porque a instituição não tem sido o autêntico instrumento coadjuvante de nosso real desenvolvimento». Ressaltou que

a Aliança para o Progresso se apresenta «diretamente vinculada aos grandes interesses dos gigantes monopolios econômicos da poderosa nação ianque e, em regra, só aprova e financia os projetos que se enquadram na sua estratégia global».

O GLOBO

17 8 JUN. 1968



Doin Protesta Contra Contrôlo das Eleições

BRASILIA (O GLOBO) 18

Discursando ontem na Câmara, o Sr. Doin Vieira (MDB-RJ) mostrou-se surpreso com as notícias de que o Governo pretende controlar diretamente as próximas eleições, fiscalizando e vigiando os candidatos, para isso já estando de posse de dados fornecidos pelos setores de informações. O Governo, segundo tais notícias, não utilizaria apenas elementos da vida pública, mas também das atividades privadas. Essas providências, a seu ver, representariam a oficialização do terror, e a única vítima seria a oposição. O orador concluiu com um apelo às Forças Armadas, pedindo que desaprovem esse sistema de funcionamento do poder político, pois, caso contrário, ver-se-á criado, entre nós, o instituto da delação ou da injúria, da calúnia e da difamação.

No final da sessão, em resposta à questão de ordem suscitada pelo Sr. Doin, o Deputado Ari Alcântara, que ocupava a presidência dos trabalhos, declarou que a Mesa não tinha conhecimento do assunto, mas podia adiantar, de plano, que não concordaria com qualquer pesquisa dessa natureza.

O JORNAL

*7 JUL 1968



2

Doim teme que governo endureça

BRASÍLIA (M) — O deputado Doim Vieira, do MDB, disse ontem que o Governo, ao proibir a realização das passeatas estudantis, reconheceu-se impotente para conter as manifestações, salientando que o marechal Costa e Silva nenhuma lição tirou da crise e agora tende a um endurecimento que lhe poderá ser fatal.

O sr. Doim Vieira não acredita, entretanto, que o Presidente Costa e Silva tenha meios suficientes para neutralizar as pressões das áreas militares radicais, afastando, assim, os perigos de um golpe. «Só há um caminho capaz de resguardar o marechal Costa e Silva — disse — o da abertura democrática».

«Com humildade — aduz o vice-líder do MDB — que é a grandeza dos fortes, poderá o Governo reencontrar-se com o povo. E se não o fizer, poderá, a duras penas, sustentar-se no poder, mas jugulado por um esquema militarista insaciável e será carregado como um fardo sem glória e -era de alívio a sensação, em todo o País, quando terminar seu mandato».

N

17 JUL 1968



Quem Tem Mêdo do Estado de Sítio

Radical da esquerda, declara o deputado Doin Vieira (MDB-SC): «Chegam-nos, com frequência, do contato com o povo e com o homem comum das ruas, manifestações de estranheza e perplexidade quanto às reiteradas notícias colhidas junto aos círculos oficiais e oficiais, sobre a possibilidade ou a iminência do estado de sítio». E indaga: «Por quê? Por que e contra quem a divulgada medida de exceção? Contra os estudantes e suas passadas? Mas estas decorrem em ordem e os universitários estão agora em férias. Contra os atentados terroristas de São Paulo? Mas é o próprio governo que divulga a confirmação

de que aqueles atos de terror foram praticados pelos militaristas de extrema direita, do CCC e do MAC».

Concluiu o deputado: «Diante da falta de condições populares para qualquer tipo de ação que ponha em risco a estabilidade do regime, parece evidente que o governo está com mêdo de si mesmo. Inseguro diante de sua falta de êxito, dividido entre as correntes dos que pretendem levar a pressão do poder às últimas consequências e os que preferem «deixar como está», o Poder Executivo se assusta diante do espelho e busca remédios de força para sua própria fraqueza».



3 - INFORMES E INFORMAÇÕES

- 3.1 - INFORME Nº 858 - CIE/ADF DE 24 NOV 67
- 3.2 - EXTRATO DE INFORMAÇÃO SNI- S/Nº - SEM DATA
- 3.3 - INFORMAÇÃO Nº 831 - CIE/ADF DE 16 OUT 68
- 3.4 - INFORMAÇÃO Nº 0047/CENIMAR DE 08 JAN 69
- 3.5 - EXTRATO DE PRONTUÁRIO - DOPS/DFSP

MINISTÉRIO DA GUERRA
GABINETE DO MINISTRO

2.ª DIVISÃO S S I
Gabinete do Ministro do Exército
D. 2158
BRASÍLIA - DF.

INFORME N.º 858

1. ASSUNTO:..... MÁRIO COVAS e outros
2. ORIGEM:..... SDR/SC - Info n.º 705/67, de 14 Nov 67, da DOPS/DF
3. CLASSIFICAÇÃO:..... - Não dada na origem
4. DIFUSÃO:..... CIE - 11ª RM - P: 7/17 - 7/22 - 7/09.a. - 7/25.o.
5. DIFUSÃO ANTERIOR.. Gab SNI - GM2 - CENIMAR N/55

Esta Agência recebeu o seguinte informe:

"O Deputado MÁRIO COVAS, acompanhado de MÁRIO PIVA, LÍGIA DOUPEL DE ANDRADE, FRANCISCO AMARAL, DOIM VITIRA e PAULO MACARINI, esteve em Santa Catarina. No dia 6/10/67 foi recepcionado pela Câmara Municipal de Itajai. À tarde do mesmo dia retornou a Florianópolis onde proferiu uma palestra na U.C.F. e domingo, dia 8 de outubro viajou ao sul do Estado, proferindo palestra na Rádio Anita Garibaldi, de Laguna e participando da II Concentração do MDB em Crisiuma.

Na conferência proferida na União Catarinense de Estudantes criticou o acôrdo MEC-USAID e a política educacional do atual Governo. Condenou a distribuição de verbas (dotações orçamentárias, dizendo que o governo dispende 75% com as Forças Armadas, reservando pequena quantia ao setor educacional. Pediu a movimentação dos estudantes para que o governo libere mais verbas para o setor educacional.

Condenou a infiltração americana no Brasil. Compra de terras. Afirmou que no norte do país os americanos colocaram tabuleta com os seguintes dizeres: "É PROIBIDA A ENTRADA DE ESTRANGEIROS".

Ressaltou os progressos feitos pela Rússia em todos os sentidos. Abordou a questão da necessidade de técnicos para o Brasil e a existência no exterior de técnicos, como CELSO BERTADO, que não tem condições de prestarem serviços ao país, por contingências políticas.

Assistiram à conferência, aproximadamente 200 pessoas, em sua maioria esquerdistas. Ressalta-se a presença de LÍGIA DOUPEL DE ANDRADE e do Padre AFONSO BIRKE, líder espiritual da JUC e JEC.

--:-- F R E N T E A M P L A --:--

b) CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES (CENTRAL E ESTADUAIS)

LÍDERES - CARLOS LACERDA - JUSCELINO KUBITSCHEK,
JOÃO GOULART.COMISSÃO CENTRAL:

PRESIDENTE: Senador JOSAFÁ MARINHO (MDB/BA)
 SECRETARIA EXECUTIVA : Deputado Federal RENATO ARCHER,
 (MDB/MA);
 ASSESSORIA TÉCNICA: CELSO FURTADO, CÂNDIDO MENDES DE
 ALMEIDA, BARBOSA LIMA SOBRINHO e NES-
 TOR DUARTE.

ELEMENTOS ENCARGADOS DE ORGANIZAR A FRENTE AMPLA, NOS ESTADOS,
NA ORIGEM DO MOVIMENTO:

CEARÁ : Dep Fed MARTINS RODRIGUES (MDB);
 PERNAMBUCO: Dep Fed OSWALDO LIMA FILHO (MDB);
 SÃO PAULO: Dep Fed MÁRIO COVAS JUNIOR (MDB);
 AMAZONAS: Senador ARTHUR VIRGÍLIO (MDB);
 BAHIA: Senador JOSAFÁ MARINHO; (MDB);
 MINAS GERAIS: Deps Feds CELSO PASSOS e SIMÃO DA CUNHA (MDB);
 GUANABARA: Deps Ests MAURO MAGALHÃES (MDB), SALVADOR MAN-
 DIM (ARENA) e o Dep Fed RAUL BRUNINI (MDB).

PRINCIPAIS ARTICULADORES DA FRENTE AMPLA NOS ESTADOS:

ACRE : Sem representante conhecido;
 AMAZONAS: Senador ARTHUR VIRGÍLIO, Deps Feds BERNARDO CA-
 BRAL e JOEL FERREIRA (MDB);
 PARÁ : Deps Feds JOÃO MENEZES, HÉLIO GUEIROS (MDB) e o
 ex-Senador PEDRO MOURA PALHA (Suplente do Senador
 LOBÃO DA SILVEIRA) - ARENA;
 MARANHÃO: Dep Fed RENATO ARCHER (MDB);
 PIAUÍ : Dep Fed CHAGAS RODRIGUES (MDB);
 CEARÁ : Dep Fed MARTINS RODRIGUES (MDB);
 RIO GRANDE DO NORTE : ODILON RIBEIRO COUTINHO (ex- Dep
 Fed MDB);
 PARAÍBA: Deps Feds HUMBERTO LUCENA e OSMAR AQUINO (MDB);
 PERNAMBUCO: Dep Fed OSWALDO LIMA FILHO (MDB);
 ALAGOAS: Parece haver, apenas, uma atitude de expectati-
 va nos meios políticos, em relação à FA;
 SERGIPE: Dep Fed JOSÉ CARLOS TEIXEIRA (MDB);
 BAHIA : Senador JOSAFÁ MARINHO e o Dep Fed RÉGIS PACHECO
 (MDB);

d) ATOS, FATOS E DOCUMENTOS DE SEUS INTERPRETAÇÕES DA DOCUMENTAM A SUBVERSÃO



Os atos, fatos e documentos arrolados no presente levantamento, comprovam o caráter subversivo do movimento, ou menor grau, o papel de subversão que vêm desempenhando em seus interesses, notadamente os Srs:

- CARLOS LACERDA
- JOÃO GOULART
- JUSCELINO KUBITSCHKE
- RENATO ARCHER
- MARTINS RODRIGUES
- OSWALDO LIMA FILHO
- MÁRIO COVAS
- JOSAFÉ MARINHO
- MAURO MAGALHÃES
- SALVADOR MANDIN
- RAUL BRUNINI
- AARÃO STEINBRUCH
- JÚLIA STEINBRUCH
- DAVID LERER
- GASTONE RIGHI
- DOIN VIEIRA

-
- LIGIA DOUTEL DE ANDRADE
 - MARIANO BECK
 - PEDRO LUDOVICO
 - ARTUR VIRGILIO
 - CELSO PASSOS
 - SIMÃO DA CUNHA
 - HERMANO ALVES
 - EDMUNDO MUNIZ
 - * JOSÉ CARLOS GUERRA
 - GERÁLDO MONERAT
 - MÁRIO MARTINS
 - JOSE MARIA MAGALHÃES
 - RAUL BELEM
 - MATA MACHADO
 - PEPINO JOSÉ GOMES TALARICO (cassado)
 - ÊNIO SILVEIRA (cassado)
 - WILSON FADUL
 - IB TEIXEIRA (cassado)

Ministério do Exército
Gabinete do Ministro
CIE/ADF

3928

Brasília - DF 16 OUT 1968

M. Ex G.M. - CIE
PROTOCOLO
N.º 8754
Em 19 de Out de 1968
Providências
em 7 de Novembro
R.P.T.

INFORMAÇÃO Nº 831

ASSUNTO OPOSICIONISMO EXACERBADO
 ORIGEM SNI/ABSB (Info 487/68)
 DIFUSÃO CIE
 DIFUSÃO ANTERIOR.: CH SNI, SNI/AC, 6ª Z Aé, 7ª DN, 11ª RM, DPF
 GM/2 M Aer

Esta Agência recebeu a seguinte Informação:

1. INTRODUÇÃO

- A oposição ao Governo, em termos de política, dentro e fora do Congresso Nacional, é feita pelos congressistas e líderes políticos, cassados ou não pela Revolução, sob dois ângulos: a oposição exacerbada e a comedida.
- É no MDB principalmente, como partido de oposição, que se abrigam os partidários das duas linhas citadas. Aos seus quadros, filia-se a maioria dos políticos oriundos dos diversos partidos outrora existentes, até o advento do A I nº 2, e que, ideologicamente, ou não, são contrários aos princípios da Revolução. Filiam-se ainda, os elementos que tiveram frustrados pelo movimento revolucionário os seus objetivos imediatistas. Na ARENA, também existem alguns políticos que fazem oposição ao Governo, por terem seus interesses pessoais contrariados.
- Na oposição exacerbada, identificam-se dois grupos de maior atividade: o dos políticos ligados à extinta FRENTE AMPLA (FA) e o do BLOCO PARLAMENTAR TRABALHISTA (BPT). Existe ainda um terceiro grupo composto por oposicionistas que chamaremos de EMEDEBISTAS EXTREMADOS e que, em verdade, não chegam a compor um grupo com liderança e linha de conduta definidas.

2. FRENTE AMPLA

a. Histórico

Com a vitória da Revolução de Mar 64 e a posterior preparação do País para a reestruturação democrática; com as profundas modificações introduzidas na Constituição de 1946 e de que resultou a Carta de 67; com a supressão dos partidos políticos então existentes e o conseqüente advento do bipartidarismo, era

Recebido

(Continuação da Informação nº 83/ -CIE/ADF 16. OUT 1966)

- de se esperar, sob alguma forma, uma reação dos ligados ao antigo regime e dos inconformados com o estado revolucionário.
- CARLOS LACERDA (CL), logo após os primeiros meses da Revolução e não podendo impor-se como o seu líder exponencial, iniciou uma campanha contra o Governo do Marechal CASTELO BRANCO, alinhando uma série de argumentos, mas escondendo entretanto o principal, que era o de sentir a posição de sua candidatura à Presidência perder substância, rapidamente.
 - Após a edição do Ato Institucional nº 2 e à época da candidatura do atual Presidente da República, configurou-se por um momento, que CL compatibilizar-se-ia com a Revolução que ajudara a fazer. Isto se caracterizou quando procurou uma saída política, tentando aproximação com o atual Presidente da República, então candidato à Presidência, sem entretanto ter sido bem sucedido. Assim, já no final de 66, armou-se de um esquema de luta, que teve início pelo trabalho de aproximação com os seus antigos e maiores inimigos, através do lançamento da tese da FRENTE AMPLA.
 - Durante o primeiro semestre de 1967, o movimento ainda engatinhava e não completou sua organização. Houve uma tentativa de reaproximação de CL com o Governo chegando a ser notícia na ocasião, ter sido cogitado para chefiar a representação brasileira na organização das Nações Unidas (ONU).
 - Tal não se concretizando, CL continuou a arregimentar elementos da oposição, no que foi auxiliado diretamente pelo deputado RENATO ARCHER (MDB/MA) culminando seus contatos no famoso encontro com JK em Lisboa, tendo na oportunidade firmado um acordo político com o ex-Presidente. O impacto nas áreas, que ainda permaneciam discretamente apoiando CL, principalmente na militar, foi grande e ele perdeu praticamente o resto do apoio que ainda possuía no meio revolucionário. Em contrapartida, melhorou sua posição política nas áreas de oposição.
 - A partir do encontro de Lisboa, os liderados de JK começaram a engrossar as fileiras da FA, inclusive com parlamentares do partido do governo. O grupo trabalhista, inicialmente hesitou até que, após liberado por JG que usou como intermediário o Dep. OSWALDO LIMA FILHO (MDB/PE), aderiu em parte.
 - Alguns políticos de evidência cassados pela Revolução, não consideraram como estratégico nem tático o lançamento, aquela época

- ca, do movimento da FA.
- No início do 2º semestre de 67, houve por um prazo aproximado de 2 meses, um retraimento dos movimentos da FA por discordância entre seus membros sobre os rumos a seguir. A partir de então, o movimento recrudescceu em termos de organização e os fatos de maior importância foram, em sequência cronológica:
 - (1) - notícias na imprensa a respeito de uma nova reaproximação de CL com o Governo, com posterior desmentido;
 - (2) - início de uma campanha de "redemocratização" do País pelo MDB, com a ausência dos elementos frentistas, numa tentativa dos conservadores de manter o partido na liderança da oposição;
 - (3) - encontro de JK com JQ, tentando o primeiro convencer o segundo a entrar na FA, sem entretanto obter êxito;
 - (4) - informação do Min. da Justiça, de que determinaria o confinamento dos 2 elementos cassados (JK-JQ), caso ficasse comprovado que no encontro foram tratados assuntos políticos;
 - (5) - com a cassação dos direitos políticos do jornalista HÉLIO FERNANDES e seu posterior confinamento, CL fez publicar na imprensa uma série de artigos contendo ataques violentos ao Governo;
 - (6) - Surgiram sérias divergências nas lideranças do movimento, entre partidários do lançamento da candidatura do Sr CARLOS LACERDA à Presidência da República e elementos discordantes dessa opinião, alegando estes que, primeiramente, a FA deveria difundir seus principais objetivos para, em seguida, lançar candidaturas às eleições de 1970;
 - (7) - reunião de CL e JK, com os principais líderes da FA para traçarem normas de luta, ficando decidido que, inicialmente, seriam feitas campanhas, em recintos fechados, com esclarecimentos sobre a FA. Em uma segunda etapa, o movimento iria para as ruas;
 - (8) - lançamento de um manifesto da ARPA (Ação Revolucionária Parlamentar), liderada pelo deputado CLOVIS STENZEL (ARENA/RS), pedindo às autoridades o enquadramento da FA como organização atentatória à Segurança Nacional;
 - (9) - encontro de CL com JG, quando foi firmado um pacto e lida nota composta e assinada por eles, para órgãos de divulgação pública do Uruguai, Argentina e Brasil;

(Continuação da Informação nº 83/ -CIE/ADF 16 OUT 1968)

- (10) - declaração pública de JQ contrária à FA. Especulou-se que isto foi feito numa tentativa para conseguir do Governo uma anistia isolada, aproveitando-se assim do momento psicológico criado pelo pacto JG/CL;
 - (11) - enfraquecimento do MDB ao perder a bandeira do revisionismo para a FA, bem como a maioria das ações e iniciativas de oposição, na área parlamentar;
 - (12) - a família VARGAS distribuiu nota, assinada por LUTERO VARGAS, condenando a FA quanto aos objetivos de seus fundadores e não propriamente contra os objetivos do movimento em si;
 - (13) - LEONEL BRIZOLA, MIGUEL ARRAES e SAMUEL WAINER e outros políticos de menor importância, condenaram o encontro de JG e CL;
 - (14) - início dos trabalhos preparatórios da FA para ganhar as ruas e cumprir assim o seu destino;
 - (15) - carta de JG aos janguistas que se encontravam em dúvida, conclamando-os a apoiarem a FA;
 - (16) - o Governo toma posição contra a FA, reúne a bancada federal da ARENA e conclama seus componentes a combaterem na no terreno político;
 - (17) - MIGUEL ARRAES e LEONEL BRIZOLA deixaram de hostilizar a FA e tomaram posição de neutralidade.
- Ao iniciar-se o ano de 1968, o movimento da FA estava em plena ascensão, aumentando dia a dia as críticas ao Governo e o estilo de oposição foi se tornando violento. Conclamou-se mesmo a derrubada do regime através da força. No CN a defesa do Governo era quase nula. Os poucos que rebatiam as críticas e as acusações, não pareciam fazê-lo com convicção e nem pareciam estar bem informados. O quadro tornou-se grave. Do início do corrente ano até o fim do primeiro semestre, foram os seguintes, os fatos mais importantes observados;
- (1) - pronunciamento político de CL no Teatro Municipal de São Paulo, falando em nome de JK e JG, tecendo críticas à política econômico-financeira do Governo, e tentando explicar sua união com os ex-presidentes. A repercussão foi negativa face às contradições primárias que, inclusive, foram focalizadas pela imprensa;
 - (2) - alastramento em cidades de várias regiões do território nacional, da decisão em outorgar títulos de "cidadão honorário" ao líder da FA;
 - (3) - programação das concentrações populares da FA, incluindo

CONFIDENCIAL

inicialmente Governador Valadares, Recife e Campos (RJ). Em Governador Valadares o resultado da concentração foi criticado pelos próprios "frentistas", sendo a culpa do fracasso atribuído a JK, por não ter dada a cobertura necessária em território onde ele tinha influência.

- Como último recurso político e demonstrando querer minimizar a crise que vinha envolvendo o País, finalmente o Governo resolveu baixar, em princípios de abril, uma portaria através do Ministro da Justiça, proibindo em todo o território nacional as atividades da FA. Após a publicação da portaria, ainda em meio ao ambiente conturbado pelas ações estudantis e subversivas, os integrantes da FA que praticamente foram colhidos de surpresa, fizeram pronunciamentos dos mais violentos e lançaram um manifesto condenando a portaria, com ampla repercussão nos órgãos de divulgação pública da área.

Seguem-se abaixo os fatos relacionados como os mais marcantes, após o advento da portaria:

- (1) - foi observado um estado de estupefação entre os integrantes da FA após tomarem conhecimento da "portaria", tendo havido reunião dos principais líderes cujas decisões sobre os futuros rumos foram:
 - todos os movimentos já programados teriam a cobertura e responsabilidade do MDB;
 - seria criado outro movimento com nova sigla;
 - seria impetrado mandado de segurança junto ao STF;
 - haveria solidariedade aos líderes JK, JG e CL;
- (2) - seguiram-se outras reuniões, na GB, entre os líderes da FA. Noticiou-se a tentativa de CL de ingressar no MDB, havendo entretanto uma cerrada oposição do BPT, encabeçada pela Dep IVETE VARGAS;
- (3) - os frentistas da área juscelinista foram os primeiros a iniciar a dispersão da FA, seguidos pelos da área janguista;
- (4) - dias depois, CL viajou para a Europa tendo antes feito declarações à imprensa dando como morta a FA e um viva à "União Popular". Ao final de junho, especulações foram feitas na ausência de CL, entre elas a de que o líder teria se considerado desligado dos compromissos com os ex-companheiros; que estava sendo feito um movimento de aproximação de CL com o Governo e que JG se julgava sem compromissos com CL, considerando o movimento também encerrado;

(Continuação da Informação nº 83/ - CIE/ADF 16 OUT 1968)

(5) - CL tem-se mantido silente até o momento e, ao que tudo indica, procurando uma recomposição com seus antigos aliados.

b. Parlamentares envolvidos

1. Senadores

ADOLPHO FRANCO.....(ARENA/PR)-ex UDN(ligado CL)
 ARCEMIRO DE FIGUEIREDO.....(MDB/PB) -ex PTB(ligado LB)
 ARTHUR VIRGÍLIO.....(MDB/AM) -ex PTB(ligado JG)
 JOÃO ABRAHÃO.....(MDB/GO) -ex PSD(ligado JK)
 JOSAPHAT MARINHO.....(MDB/BA) -ex UDN(ligado JK)
 MARCELO DE ALENCAR(SUPLENTE)..(MDB/GB) - - - (ligado JK)
 MÁRIO MARTINS.....(MDB/EB) -ex PDC(ligado JK)
 SEBASTIÃO ARCHER.....(MDB/MA) -ex PSD(ligado JK)

2. Deputados

ADOLFO DE OLIVEIRA.....(MDB/RJ) -ex UDN(ligado CL)
 ALCEU DE CARVALHO.....(MDB/SP) -ex PTB(ligado JQ)
 ALTAIR LIMA.....(MDB/RJ) -ex PSP(ligado AB)
 ANTONIO MAGALHÃES.....(MDB/GO) -ex PSD(ligado JG)
 ANACLETO CAMPANELA.....(MDB/SP) -ex PCB(ligado LB)
 BERNARDO CABRAL.....(MDB/AM) -ex PTB(ligado JG)
 CELSO PASSOS.....(MDB/MG) -ex UDN(ligado CL)
 CHAGAS RODRIGUES.....(MDB/PI) -ex PTB(ligado JG)
 CID CARVALHO.....(MDB/MA) -ex PTB(ligado JG)
 CLEMENS SAMPAIO.....(MDB/BA) -ex PTB(ligado JK)
 DAVID LERER.....(MDB/SP) -ex PSB(ligado JQ)
 DOIN VIEIRA.....(MDB/SC) -ex UDN(ligado CL)
 EWALDO PINTO.....(MDB/SP) -ex MTR(ligado JQ)
 FEU ROSA.....(ARENA/ES)-||- - (ligado JG)
 GASTONE RIGHI.....(MDB/SP) -ex PCB(ligado JQ)
 HÉLIO NAVARRO.....(MDB/SP) - - - (ligado LB)
 HERMANO ALVES.....(MDB/GB) - - - (ligado CL)
 HENRIQUE HENKIN.....(MDB/RS) -ex PTB(ligado JG)
 HUMBERTO LUCENA.....(MDB/PB) -ex PSD(ligado JQ)
 JOÃO BORGES.....(MDB/BA) -ex PTB(ligado JG)
 JORGE CURY.....(ARENA/PR)-ex UDN(ligado CL)
 JOSÉ CARLOS GUERRA.....(ARENA/PE)-ex UDN(ligado CL)
 JOSÉ MARIA MAGALHÃES.....(MDB/MG) -ex UDN(ligado CL)
 LÍGIA DOUTEL DE ANDRADE.....(MDB/SC) - - - (ligado JG)
 LOPO COELHO.....(ARENA/GB)-ex PSD(ligado JK)

(Continuação da Informação nº 83/ -CIE/ADF 16. OUT 1964)

MÁRCIO MOREIRA ALVES	(MDB/GB)	- - - -
MÁRIO COVAS	(MDB/SP)	-ex PST(ligado JQ)
MÁRIO PIVA	(MDB/BA)	-ex PSD(ligado JK)
MÁRIO GURGEL	(MDB/ES)	-ex PTB(ligado LB)
MARIANO BECK	(MDB/RS)	-ex PTB(ligado JG)
MARTINS RODRIGUES	(MDB/CE)	- ex PSD(ligado JK)
MATA MACHADO	(MDB/MG)	-ex UDN(ligado JK)
MATHEUS SCHMIDT	(MDB/RS)	-ex ¹ PSB(ligado LB)
OSWALDO LIMA FILHO	(MDB/PE)	-ex PTB(ligado JG)
OTÁVIO CARUSO DA ROCHA	(MDB/RS)	-ex PTB(ligado JG)
OSMAR DE AQUINO	(MDB/PB)	-ex PTB(ligado JG)
PAULO CAMPOS	(MDB/GO)	-ex PSD(ligado JK)
PAULO MACARINI.....	(MDB/SC)	-ex PTB(ligado JG)
PADRE GODINHO	(MDB/SP)	-ex UDN(ligado CL)
RAUL BRUNINI	(MDB/GB)	-ex UDN(ligado CL)
REINALDO SANTANA	(MDB/GB)	- - - (ligado JK)
RENATO ARCHER	(MDB/MA)	-ex PTB(ligado JK)
SANTILI SOBRINHO	(MDB/SP)	-ex PRT(ligado LB)
SIMÃO DA CUNHA	(MDB/MG)	-ex UDN(ligado CL)
UNÍRIO MACHADO	(MDB/RS)	-ex PTB(ligado JG)
WILSON MARTINS	(MDB/MT)	-ex UDN(ligado CL)

c. Conclusões:

- Situaram-se no movimento da FA e liderando os seus respectivos seguidores, parlamentares ou não, políticos de projeção nacional entre eles CARLOS LACERDA e os ex-presidentes JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA e JOÃO GOULART. Este movimento foi o de maior amplitude e que mais violentamente serviu à causa anti-revolucionária, sob tôdas as formas e na mais radical das posições. Além dos seguidores dos líderes citados, filiaram-se ao movimento a maioria dos seguidores de LEONEL BRIZOLA; MIGUEL ARRAES, alguns ex-liderados de JG, alguns seguidores de JÂNIO QUADROS, socialistas e praticamente todos esquerdistas de tôdas as linhas.
- Observou-se também que os emedebistas da linha LB foram mais sensíveis aos argumentos da FA, que os da linha de JG. Explica-se o fato, tendo em vista que os janguistas são mais fiéis à tradição moderada, dentro do estilo do seu líder; já os brizolistas, não, inclinaram-se para a aliança comandada por CL porque nela viram possibilidades de desagregação política que não encontraram no MDB.

(Continuação da Informação nº 83/ -CIE/ADF 16 OUT 1968)

- Os movimentos de rua realizados pelos estudantes, foram - sem dúvida e em parte, motivados pela excessiva liberalidade que vinha demonstrando o Governo, em permitir os movimentos ilegais e subversivos da FA. Sendo um dos principais objetivos da referida Frente o envolvimento dos estudantes e operários, configurou-se assim, uma grande e importante vitória daquele movimento. E o trabalho continua no meio estudantil, a FA foi extinta mas os seus adeptos continuam desfrutando a liberdade do regime que tanto combatem.

d. Estimativa

- A posição atual da FRENTE AMPLA é a de encerramento das atividades ostensivas, continuando mais ou menos frequentes, as reuniões dos seus líderes e feitas ao sabor dos acontecimentos político-estudantis, mas, secundando-os sempre. O retorno às atividades oposicionistas de repercussão anti-revolucionária é provável somente sob uma nova bandeira (levantada sob um novo impacto emocional na opinião pública viável em decorrência da situação estudantil) ou, pelo menos sob um novo nome (improvável mas possível dependendo da evolução dos acontecimentos).

3. BLOCO PARLAMENTAR TRABALHISTA.

a. Histórico

- A idéia do movimento oposicionista conhecido por Bloco Parlamentar Trabalhista (BPT), surgiu logo depois do "pacto de Montevideu" entre CL e JG, quando a deputada IVETE VARGAS, como representante mais categorizada dos liderados de GETÚLIO VARGAS e representando também o pensamento da família do ex-presidente, disse que os verdadeiros petebistas jamais poderiam aliar-se ao seu maior inimigo, desautorizando também JG de falar em nome dos ideais de VARGAS.
- Em princípio do corrente ano, a deputada conseguiu junto a seus pares do CN, número regimental de assinaturas suficiente para que fôsse formado o BPT. No início de março 68, após reunião entre líderes do Movimento dentre os quais os deputados IVETE VARGAS e MILTON REIS, com a presença de um representante da FA, que ali-se encontrava para convencer os

CONFIDENCIAL

(Continuação da Informação nº 83/ -CIE/ADF 16 OUT 1968)

componentes do Bloco a desistirem de consolidá-lo e ingres-
sarem na Frente, foi oficialmente formado o BPT; LEONEL BRI
ZOLA apoiou o movimento e voltou a hostilizar a FA.

b. Parlamentares envolvidos

- DEPUTADOS

IVETE VARGAS(MDB/SP)-ex PTB (líder)
MILTON REIS(MDB/MG)-ex PTB (ligado IV)
ARIO TEODORO(MDB/RJ)-ex PTB (ligado IV)
EDÉSIO NUNES(MDB/RJ)-ex PTB (ligado IV)

c. Conclusão

- O movimento do BPT que vem desenvolvendo atividades políti-
cas quase insignificantes, comparadas às atividades da ex-
tinta FA, grupa os seguidores mais leais de GETÚLIO VARGAS,
liderados hoje pela deputada IVETE VARGAS (MDB/SP), bem co-
mo alguns que obedeciam à orientação política de JG até ma-
ço 64.
- Este grupo entretanto não criou corpo; sua tendência foi sem-
pre a de ser absorvido pela FA e, quando se apresenta uma
oportunidade, seus líderes proclamam lealdade ao trabalhís-
mo de VARGAS.

4. EMEDEBISTAS EXTREMADOSa. Histórico

- No grupo de Emedebistas Extremados, situam-se parlamentares
(alguns da FA ou do BPT) e políticos de alguma projeção, li-
gados à JQ, JG, JK e LB além de alguns pertencerem a parti-
dos comunistas, fora da lei. O nível de radicalismo desse -
grupo não é mais baixo que a dos demais e fazem oposição sis-
temática.

b. Parlamentares envolvidos

1. Senadores

AARÃO STEINBRUCH(MDB/RJ)-ex PTB(ligado JG)
ARTHUR VIRGÍLIO(MDB/AM)-ex PTB(ligado JG)
JOÃO ABRAHÃO(MDB/GO)-ex PSD(ligado JK)
JOSAPHAT MARINHO(MDB/BA)-ex UDN(ligado JK)
MARCELO DE ALENCAR(suplente).....(MDB/GB)vvvv---(ligado JK)
MÁRIO MARTINS(MDB/GB)-ex PDC(ligado JK)
LINO DE MATOS(MDB/SP)-ex PTN(ligado JQ)

2. Deputados:

- + ANACLETO CAMPANELA (MDB/SP)-ex PCB(ligado LB)
- CID CARVALHO (MDB/MA)-ex PTB(ligado JG)
- + DAVID LERER (MDB/SP)-ex PSB(ligado JQ)
- DOIN VIEIRA (MDB/SC)-ex UDN(ligado CL)
- + EWALDO PINTO (MDB/SP)-ex MTR(ligado JQ)
- + GASTONI RIGHI (MDB/SP)-ex PCB(ligado JQ)
- GETÚLIO MOURA (MDB/RJ)-ex PSD(ligado JG)
- + HÉLIO NAVARRO (MDB/SP) (ligado LB)
- + HERMANO ALVES (MDB/GB) (ligado CL)
- HUMBERTO LUCENA (MDB/PB)-ex PSD(ligado JQ)
- + JOSÉ MARIA MAGALHÃES (MDB/MG)-ex UDN(ligado CL)
- JÚLIA STEINBRUCH (MDB/RJ) (ligado JG)
- LEO NEVES (MDB/PR)-ex PTB(ligado LB)
- + MÁRCIO MOREIRA ALVES (MDB/GB)
- + MARIANO BECK (MDB/RS)-ex PTB(ligado JG)
- + MÁRIO COVAS (MDB/SP)-ex PST(ligado JQ)
- + MÁRIO PIVA (MDB/BA)-ex PSD(ligado JK)
- + MATA MACHADO (MDB/MG)-ex UDN(ligado JK)
- + MATHEUS SHMIDT (MDB/RS)-ex PSB(ligado LB)
- + MARTINS RODRIGUES (MDB/CE)-ex PSD(ligado JK)
- + MAURILIO FERREIRA LIMA (Sup). (MDB/PE)-ex PTB(ligado JG)
- * OSWALDO LIMA FILHO (MDB/PE)-ex PTB(ligado JG)
- OTAVIO CARUSO DA ROCHA (MDB/PA)-ex PTB(ligado JG)
- + PAULO CAMPOS (MDB/GO)-ex PSD(ligado JK)
- PAULO MACARINI (MDB/SC)-ex PTB(ligado JG)
- + PADRE VIEIRA (MDB/CE) (ligado JK)
- + RAUL BRUNINI (MDB/GB)-ex UDN(ligado CL)
- SIMÃO DA CUNHA (MDB/MG)-ex UDN(ligado CL)
- + UNÍRIO MACHADO (MDB/RS)-ex PTB(ligado JG)

c. Conclusão

Os emedebistas extremados contribuem para o trabalho oposicionista de desgaste do Governo, inclusive prejudicando os trabalhos legislativos e induzindo à repercussão emocional na opinião pública. Vale dizer que dispõem de franca cobertura no Congresso, mesmo na ala conservadora, geralmente com destaque e conhecimento dos elementos governistas. Assim, além dos objetivos imediatos, realizam proveitoso trabalho para os próximos pleitos eleitorais.

(Continuação da Informação nº 83/ -CIE/ADF 16 OUT 1968)

5. CONCLUSÃO GERAL

Mesmo admitida a oposição como válida e necessária ao processo democrático, o que se vê na exacerbação da oposição, é uma perfeita sintonia, consciente (ou não, de parte de alguns prováveis ingênuos) com as táticas e as técnicas da guerra revolucionária, de caráter rebelde.

6. ESTIMATIVA

- a. A menos que um sério trabalho coordenado sobretudo ofensivo, entre o Poder Executivo e a ARENA, seja levado a efeito, com inteligência e determinação, o oposicionismo exacerbado continuará a minar com consequências obviamente previsíveis, os alicerces da nova estrutura nacional que a Revolução de março de 64 pretende implantar.
- b. Esta estimativa avulta de importância, em particular quando considerados os seguintes aspectos:
 - o oposicionismo exacerbado pode continuar em crescendo, sensibilizando até as Forças Armadas, e criar condições críticas para o 2º Governo da Revolução;
 - este Governo terá que contar com a maioria do atual congresso para a sua sucessão que deverá assegurar, sob óbvia pena, a continuidade revolucionária."

Revisado

ANEXO N.º 34

Retirado de Arquivo
 PESSOAL DA ROCHA PARANICÓ
 CF. DIRETOR
ec - no arquivo

CONFIDENCIAL
 GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA
 CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA / 8 / 1 / 1969 Nº 0047

~~INFORMAÇÃO/INFORMAÇÃO/INFORMAÇÃO~~

ORIGEM: XXX
 REFERENCIA: XXX
 DISSEMINAÇÃO: GMM - CEMA - CSN - CENIMAR

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	XX
VERACIDADE	XX

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
 (Preenchido pelo recebedor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR XXX

PARA ADIDOS - País de origem ----- País/área a que se refere -----

EUGENIO DOIN VIEIRA (Deputado-Federal - MDB/SC).

- NOV/1964 - Renunciou a Secretaria de Fazenda do Estado de Santa Catari na porque foi vetada a emenda que beneficiava os fiscais da fazenda (cargo de que DOIN é titular).
- JUN/1967 - Atacou o Govêrno COSTA E SILVA considerando que o ex-deputado federal DEMISTOCLIDES BATISTA (prêso na época por ser apontado como instigador do movimento abortado na serra de Caparaó) "desapareceu em circunstâncias misteriosas" (sic):
- AGO/1967 - Discursou na Câmara declarando que não se admite mais que o Govêrno continue com seus frequentes crimes contra a tranquilidade nacional.
- SET/1967 - Fez parte da comitiva de MARIO COVAS (deputado federal), - quando de uma visita a Câmara de Itajaí (SC), onde a tônica dos discursos foi contra o Govêrno e as Fôrças Armadas.
 - Filiou-se a Frente Ampla.
 - Apoiou GASTONE RIGHI CUOGHI (ex-deputado cassado pelo AI nº 5) na solidariedade aos "injustiçados paulistas e jornalistas de Brasília" pedindo a união da Câmara no repúdio a tais atentados.
 - Discursa na Câmara dando seu apôio ao "documento de Montevideo" (sic).
 - Declarou que o Brasil está numa Ditadura e que "a escôlha dos dirigentes populares fica na dependência da vontade de alguns detentores exclusivos da condição de salvadores da Pátria".

CONFIDENCIAL
 GRAU DE SIGILO

Cont ANEXO Nº 3.4

Fernando Pessoa
FERNANDO PESSOA DA ROCHA PARANOS
CF. DIRETOR
ec - no mpto

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA / 8 / 1 / 1969 Nº 0047

ORIGEM: XXX
REFERENCIA: XXX
DISSEMINAÇÃO: (Continuação...)

~~INFORMAÇÃO~~/INFORMAÇÃO/~~EXCLUSIVO~~

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	XX
VERACIDADE	XX

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(Preenchido pelo recebedor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR XXX

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere-----

- OUT/1967 - Um dos autores do relatório (lido na Câmara, por MARIO COVAS) que enumerava violências cometidas contra prisioneiros em Brasília, Goiânia e Uberlândia. ✓
- Fez parte de comissões de investigação para apuração do tratamento (torturas) dado a prêsos.
- Acusou um Encarregado de IPM (Cel. FERDINANDO DE CARVALHO) de ser o autor da ordem de demissão, em Joinvile de um jornalista, escritor e advogado. Frisou também que o referido advogado (CARLOS ADAUTO VIEIRA) e seu secretário desapareceram de Joinvile ainda por ordem daquele Coronel. ✓
- Visitou o prêsso FLAVIO TAVARES (indiciado em IPM para apurar atividades subversivas e ação de terrorismo na 11ª Região Militar - Uberlândia).
- NOV/1967 - Aplaudiu o STF por ter concedido habeas-corpus a FLÁVIO TAVARES.
- Integrante da CPI para apurar os efeitos sociais da política salarial em vigor.
- JAN/1968 - Declarou que a Lei de Segurança Nacional é "uma permanente ameaça a pesar sôbre a cabeça de todos os brasileiros".
- Declarou que o MDB não é um partido subversivo, que o Governo está perpêexo com a denúncia de seus êrros e que o sistema revolucionário militar não esconde sua insatisfação com a fraqueza do Presidente. ✓

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

Cont. ANEXO N.º 3.4

Aetna de Maf. lbr.
FERNANDO PESSOA DA ROCHA PARANOS
CC. no mto
CF. DIRETOR

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA / 8 / 1 / 1969 Nº 0047

~~XXXXXXXXXX~~ INFORMAÇÃO ~~XXXXXXXXXX~~

ORIGEM: XXX
REFERENCIA: XXX
DISSEMINAÇÃO: (Continuação...)

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	XX
VERACIDADE	XX

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(Preenchido pelo recebedor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR XXX

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere-----

- FEV/1968 - Declarou que "a incapacidade do esquema militar para resolver a crise político-administrativa, cada vez mais, se evidencia" e acrescentou que se "deteriora o poder militar em tôda a gigantesca estrutura institucional que implantou no Brasil, para se perpetuar no comando".
- Declarou que as dimensões do Brasil "não nos permitem caber mais na moldura de uma ditadura de opereta ou de um Estado militarista mal disfarçado.
- Atacou a política anti-inflacionária do Governo e considerou a política salarial como "arrôcho salarial".
- Declarou que a crise nacional é "sobretudo uma crise de competência".
- MAR/1968 - Voltou a dizer que "o Governo revolucionário não está à altura das dimensões e da grandeza potencial do Brasil" e que há uma "incapacidade notória da equipe dirigente".
- Referiu-se a pacificação nacional (e a alguns projetos) declarando que são "sintomas de um Governo que se deteriora".
- ABR/1968 - Membro da CPI para apurar prisões e tortura de prêsos.
- Declarou que "desde os idos de março de 1964" o conceito fundamental de democracia perdeu sua validade.
- Declarou que "é irrecusável a responsabilidade legal do Governo e seus chefes militares no episódio de sevícias praticadas contra os irmãos DUARTE, em um quartel do Exército, na Guanabara.

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

ANEXO N.º 3.4

Aetudo de Mafu
FERNANDO PESSOA DA ROCHA PARANHOS
CF - DIRETOR
ec - no mto

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA / 8 / 1 / 1969 Nº 0047

ORIGEM: XXX
REFERENCIA: XXX
DISSEMINAÇÃO: (Continuação...)

~~EXERCÍCIO~~/INFORMAÇÃO/~~EXERCÍCIO~~

AVALIÇÃO	
CONFIANÇA	XX
VERACIDADE	XX

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO DISSEMINAÇÃO ANTERIOR XXX
(Preenchido pelo recebedor)

PARA ADIDOS - País de origem ----- País/área a que se refere -----

- Membro da CPI sôbre "Arrôcho salarial".
- Componente da Mesa Diretora, na Conferência de MARCIO MOREIRA ALVES em Florianópolis (22/4/1968).
- JUN/1968 - Declarou que "o exame da atualidade política brasileira deixa ressaltada a direta responsabilidade do Presidente da República no agravamento do impasse institucional em afunilamento, para o qual caminha o Brasil".
- Acusou o Govêrno de desejar utilizar "elementos das atividades privadas", e não apenas da vida pública, para controlar diretamente as próximas eleições.
- Sôbre o assunto supra-mencionado requereu ao Presidente da República informações por não admitir que se "pretenda implantar êste odioso e mesquinho processo de corrupção moral e coação pelo mêdo".
- Lançou em Florianópolis a Campanha de Mobilização Popular.
- Declarou que na passeata de 26/6/68, realizada na Guanabara, "não houve desordens, nem anarquia; mas que dois únicos fatos quebraram a tranquilidade e foram provocados por policiais a paisana, um dando tiros para o ar e outro pretendendo apedrejar vitrines".
- JUL/1968 - Criticando nota distribuida pelo CSN, taxou-a de "uma demonstração viva e dolorosa de como a alta cúpula administrativa está alienada da realidade brasileira".

Heimade Mafek
FERNANDO PESSOA DA ROCHA PARANHOS
DIRETOR
ec. no m. h. t. e

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA / 8 / 1 / 1969 Nº 0047

ORIGEM: XXX
REFERENCIA: XXX
DISSEMINAÇÃO: (Continuação...)

~~XXXXXX~~/INFORMAÇÃO/~~XXXXXX~~

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	XX
VERACIDADE	XX

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(Preenchido pelo recebedor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR XXX

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere-----

- Apresentou Requerimento de Informações ao Ministério de Justiça quanto ao inteiro teor dos documentos e verificações e fetuados pelo Executivo que levaram à decretação do confinamento de JANIO QUADROS.
- AGO/1968 - Sobre o aumento dos militares declarou que "considera que esta é mais uma etapa dos planos governamentais visando o estabelecimento da radicalização e distanciamento entre civis e militares, lançando um classe contra outra, ou utilizando indevidamente as Forças Armadas como organismo de pressão e repressão contra o povo, os jovens e contra as classes políticas".
- SET/1968 - Declarou que o habeas-corpus de WLADIMIR PALMEIRA foi uma "solução política" do STF. -x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

---ooOoo---

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA DOCUMENTO
(Art. 62 - Dec. n.º 60:417/67 - Regulamento
para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos):



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA FEDERAL DE SEGURANÇA
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

PRONTUÁRIO Nº _____

NOME: **VIEIRA - EUGÊNIO DOIM**OBS: **Deputado Federal - MDB/SC**

06 - 10 - 67

- O epigrafado, juntamente com os Deputados **MÁRIO PIVA**, **FRANCISCO AMARAL**, **PAULO MACARINI** e **LIGIA DOUDEL DE ANDRADE**, integrou a comitiva / do Deputado **MÁRIO COVAS** quando este se deslocou para o Estado de Santa Catarina a fim de ser / recepcionado, no dia 07/10/67, pela Câmara Municipal de Itajaí/SC.

Esteve presente na U.C.E./SC, em Florianópolis, juntamente com a Dep. **LIGIA DOUDEL DE ANDRADE**, por ocasião da palestra, digo, palestra que ali proferiu o Dep. **MÁRIO COVAS** (a palestra teve / como temas principais uma campanha contra o Acórdão MEC-USAID e contra as diretrizes do governo no setor educacional e com relações aos estrangeiros no que tange à compra de terras), no dia 08/10/67.

Of. nº 47/SDR-SC/67

Ref. P. 701/002

DOIM VIEIRA

Histórico

- Em fevereiro de 1968 acertou, com muito empenho, com o Prefeito de Joinvile, SC, NILSON BENDER, uma recepção ao Sr. CARLOS LACERDA quando de sua visita àquela cidade a convite de estudantes.
- Teve participação atuante na FRENTE AMPLA.
- Teve participação ativa nas crises estudantis em Brasília, dando todo apoio aos estudantes, principalmente em suas passeatas.
- Manteve ligação com Deputados extremistas (HERMANO ALVES, DAVI LERER etc.) após a edição do Ato Institucional nº 5, procurando facilitar a fuga desses parlamentares.